

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

IASMINI CATANIO DOS SANTOS NARDI

**A GUERRA AO TERROR A PARTIR DE UMA PERSPECTIVA FEMINISTA PÓS
COLONIAL**

**Porto Alegre
2018**

CIP - Catalogação na Publicação

Catania dos Santos Nardi, Iasmini
A GUERRA AO TERROR A PARTIR DE UMA PERPECTIVA
FEMINISTA PÓS COLONIAL / Iasmini Catania dos Santos
Nardi. -- 2018.
52 f.
Orientadora: Silvia Ferabolli.

Trabalho de conclusão de curso (Graduação) --
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade
de Ciências Econômicas, Curso de Relações
Internacionais, Porto Alegre, BR-RS, 2018.

1. Weaponized feminism. 2. Guerra ao Terror. 3.
Feminismo. 4. Pós colonialismo. I. Ferabolli, Silvia,
orient. II. Título.

IASMINI CATANIO DOS SANTOS NARDI

**A GUERRA AO TERROR A PARTIR DE UMA PERSPECTIVA FEMINISTA PÓS
COLONIAL**

Trabalho de conclusão submetido ao Curso de Graduação em Relações Internacionais da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharela em Relações Internacionais.

Orientadora: Profa. Dra. Silvia Ferabolli

Porto Alegre

2018

IASMINI CATANIO DOS SANTOS NARDI

**A GUERRA AO TERROR A PARTIR DE UMA PERSPECTIVA FEMINISTA PÓS
COLONIAL**

Trabalho de conclusão submetido ao Curso de Graduação em Economia da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título Bacharela em Relações Internacionais.

Aprovada em: Porto Alegre, 12 de dezembro de 2018.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dra. Silvia Regina Ferabolli - Orientadora
UFRGS

Prof. Dra. Veronica Korber Gonçalves
UFRGS

Prof. Dr. Marco Aurélio Chaves Cepik
UFRGS

Às mulheres que a sua maneira resistem todos os dias

AGRADECIMENTOS

À minha orientadora, Silvia Feraboli, que se mostrou sempre disposta a me atender, e teve a paciência para me auxiliar em momentos confusos. Uma professora aberta e dedicada a incentivar os alunos em suas trajetórias acadêmicas.

À psicóloga Caroline Hildebrando cuja parceria nesses anos de graduação se mostram fundamentais para o surgimento do novo através do caos. Uma profissional admirável e humana que me acompanha em uma constante desconstrução e reconstrução.

À meus amigos pela rede de apoio fundada no amor e acolhimento, pela existência que estimulam minha criatividade e me permitem sonhar com ventos leves. A Gabriela pelo abraço virtual em todos os momentos do trabalho. Ao Douglas pelas conversas filosóficas e risadas necessárias. A Eliza, a Mikaela e Gustavo pela presença afetiva que me auxiliaram a seguir aqui. A Rodriga pela dupla criamos na nossa casa.

Aos meus pais que me proporcionaram bases para almejar os meus próprios horizontes. Ao estímulo a jornada universitária e a liberdade fundamental para minhas escolhas.

À Universidade Federal do Rio Grande do Sul onde tive o privilégio de desenvolver minhas habilidades humanas e sociais em espaços como pesquisa, extensão e ensino.

“Não podia. Comunicar pensamentos profundos em blocos lineares, sólidos, era superior a mim. Via o pensamento como um processo misterioso, do qual desconfiava. Eu tinha visto muitos erros serem cometidos em seu nome e cheguei a decidir não respeitá-lo. Além disso, me dava medo, porque eu tinha chegado a conclusões sobre a minha vida e os meus sentimentos que desafiavam a razão. Não queria perdê-las, porque eram inquestionáveis e demasiado preciosas para mim, eram minha vida. Porém, tampouco podia analisá-las, porque não produziam o tipo de sentido que me ensinaram a esperar dos processos de entendimento. Eram coisas que eu sabia, mas que não podia nomear.”

Audre Lorde

RESUMO

A guerra ao terror, executada pelos Estados Unidos da América(EUA), no imediato pós 11 de setembro de 2001, foi uma política tanto territorial quanto cultural que possuiu consequências imediatas no Mundo Árabe-Muçulmano. Esta política de combate ao terrorismo se sustentou por meio do mito dos “norte-americanos justiceiros que estariam dispostos a levar a liberdade a mulheres árabes-muçulmanas reprimidas por seus conterrâneos bárbaros e selvagens”, para consolidar políticas geoestratégicas na região árabe-muçulmana. Nesse sentido o feminismo anglo-saxão foi utilizado como bandeira para legitimar interesses de política externa na região a partir da narrativa de que a mulher árabe-muçulmana precisa ser salva dos compatriotas bárbaros. A pergunta levantada aqui é: de que forma o feminismo pós colonial auxilia a localizar uma "política camuflada" no discurso de salvação da mulher muçulmana na guerra ao terror, desde o seu início, imediatamente após o 11 de setembro, para legitimar a intervenção do Afeganistão e do Iraque? O objetivo geral desta pesquisa é compreender a instrumentalização da retórica de salvação da mulher árabe-muçulmana na Guerra ao Terror seus objetivos específicos são: (I) compreender a contribuição feminista e pós-colonial nas relações internacionais; (II) entender como a instrumentalização da retórica de salvação da mulher muçulmana na Guerra ao Terror interage com o lugar da mulher muçulmana no discurso imperialista europeu. A metodologia de pesquisa baseia em textos teóricos que discutem raça, classe e gênero em suas relações com poder desenvolvida por Ashcroft, Spivak, Mohanty, Said. As conclusões da pesquisa apontam para um contínuo do orientalismo europeu sobre novos moldes discursivos na contemporaneidade norte-americana.

Palavras-chave: Weaponized feminism. Guerra ao Terror. Feminismo. Pós colonialismo.

ABSTRACT

The immediate post-September 11, 2001, war on terror was a territorial and cultural foreign policy that had immediate consequences in the Arab-Muslim world. This counter-terrorism policy was supported by the myth of "vigilante Americans who would be willing to bring freedom to Arab-Muslim women repressed by their barbaric and savage countrymen" to consolidate geo-strategic policies in the Arab-Muslim region. In this sense, Anglo-Saxon feminism was used as a flag to legitimize foreign policy interests in the region from the narrative that Arab-Muslim women need to be saved from barbarian compatriots. The question raised here is: how does post-colonial feminism help locate a "camouflaged policy" in the Muslim woman's discourse on the salvation of the Muslims in the war on terror since its inception, immediately after 9/11, to legitimize the intervention of the Afghanistan and Iraq? The general objective of this research is to understand the instrumentalization of the Arab-Muslim woman's rhetoric of salvation in the War on Terror. Its specific objectives are: (1) to understand the feminist and postcolonial contribution in international relations; (II) to understand how the instrumentalization of the Muslim woman's rhetoric of salvation in the War on Terror interacts with the place of the Muslim woman in the European imperialist discourse. The research methodology is based on theoretical texts that discuss race, class and gender in their relations with power developed by Ashcroft, Spivak, Mohanty, Said. The conclusions of the research point to a continuum of European Orientalism on new discursive forms in the North American contemporaneity.

Keywords: Weaponized feminism. War on Terror. Feminism. Post colonialism.

SUMÁRIO

1.INTRODUÇÃO.....	9
2.CONSIDERAÇÕES TEÓRICO-METODOLÓGICAS.....	13
2.1 ALGUMAS CONSIDERACOES SOBRE POSITIVISMO E PÓS POSITIVISMO NAS RELACIONES INTERNACIONAIS.....	13
2.2 OS FEMINISMOS	16
2.3 FEMINISMO E PÓS COLONIALISMO.....	20
3 A LOCALIZACAO DA MULHER MUÇULMANA NA CONSTRUÇÃO DA GUERRA AO TERROR.....	26
3.1 A FORMAÇÃO DO IMAGINÁRIO SALVACIONISTA NO ESTABLISHMENT AMERICANO.....	26
3.2 AS ASSOCIAÇÕES ENTRE O DISCURSO DA GUERRA AO TERROR E A RETÓRICA DE SALVAÇÃO IMPERIAL.....	30
3.3 A INSTRUMENTALIZAÇÃO DO DISCURSO FEMINISTA NA GUERRA AO TERROR.....	34
4 AS MULHERES MUÇULMANAS PRECISAM DE SALVAÇÃO? ALGUMAS CONSIDERAÇÕES FEMINISTAS.....	38
4.1 “A DUPLA COLONIZAÇÃO” OU “DUPLA OPRESSÃO”	38
4.2. “WESTERN GAZE”	42
5 CONCLUSÃO.....	44
6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	48

1.INTRODUÇÃO

O avanço dos estudos feministas nas Relações Internacionais (RI) sobre as questões de gênero e poder permitiu com que as agendas de pesquisa fossem ganhando novos formatos e temas na disciplina. De modo geral, feministas nas RI continuaram a desenvolver sobre as implicações de gênero em dimensões não, necessariamente, estatais, como: refugiados e migrantes, tráfico transnacional de mulheres, estupro como arma de guerra. De maneira específica, os estudos feministas vem se mostrado preocupados em aprofundar gênero e poder, incitando debate sobre questões raciais desde os anos 1980. Hoje, no entanto, o debate precisa englobar questões que dizem respeito a mulher frente a divisão internacional do trabalho atual e ao capitalismo globalizado.

Ainda sobre temas no feministas em RI, cabe destacar a emergência de estudos relacionados ao “weaponized feminism”. Isto é, o discurso feminista instrumentalizado para propósitos de supremacia branca, ou melhor, o feminismo como maneira de supremacistas legitimarem discursos intervencionistas a fim de garantir interesses geopolíticos em âmbito global. Dessa forma, feministas negras, antirracistas, socialistas, pós-coloniais entendem a importância de repensar o papel da mulher branca no que diz respeito a suas representações sociais, ao que conseguem abarcar em seus trabalhos, pesquisas, militâncias e ao que se refere aos seus pontos cegos da análise. Nesse sentido, termos “feministas”- como o da “libertação”(ou “liberdade” das mulheres) – foram utilizados como intuito levar reprodução do patriarcado da supremacia branca, como no orientalismo e na política de Guerra ao Terror.

O orientalismo franco-inglês dos séculos XVIII e XIX instrumentalizou estereótipos sobre homens e mulheres árabe-muçulmanos, indianos, asiáticos a fim de garantir domínio nas regiões “ao oriente da Europa ”. Com os Estados Unidos, a projeção cultural e econômica após a Segunda Guerra Mundial seguia padrões de poder estabelecidos, principalmente, pelo império britânico como o domínio da narrativa histórica dada em romances, pinturas, ideias; todavia, os norte-americanos se projetavam não como imperialistas clássicos, e sim como justiceiros que combatem pretensas antidemocráticas onde quer que se encontrem e sob qualquer circunstancia, a antiga colônia que lutava pela justiça e liberdade dos povos. Assim como no colonialismo, a política da Guerra contra ao terrorismo também invocou

valores de superioridade racial para legitimar políticas de expansão estratégica na região árabe-muçulmana.

A guerra ao terror, executada pelos Estados Unidos da América(EUA), no imediato pós 11 de setembro de 2001, foi uma política externa tanto territorial quanto cultural que possuiu consequências imediatas no Mundo Árabe-Muçulmano. Esta política de combate ao terrorismo se sustentou por meio do mito dos “norte-americanos justiceiros que estariam dispostos a levar a liberdade a mulheres árabes-muçulmanas reprimidas por seus conterrâneos bárbaros e selvagens”, para consolidar políticas geoestratégicas na região árabe-muçulmana.

As evidências trabalhadas nesta pesquisa é a postura do governo dos EUA frente a reivindicações do grupo feminista transnacional *RAWA* sobre acordos com o Talibã e a centralidade de Laura Bush, primeira dama, para a consolidação deste mito frente as intervenções no Iraque(2003) e no Afeganistão(2001). O discurso de Laura Bush representou a fala de uma mulher republicana e mãe cuja representação ressoava sobre outras mulheres que teriam seus filhos em uma possível guerra.

Portanto, buscou-se reunir informações com o propósito de se resolver o seguinte problema de pesquisa: de que forma o feminismo pós colonial auxilia a localizar uma "política camuflada" no discurso de salvação da mulher muçulmana na guerra ao terror, desde o seu início, imediatamente após o 11 de setembro, para legitimar a intervenção do Afeganistão e do Iraque? Foi possível perceber uma “política camuflada” no discurso de salvação na Guerra ao Terror, por meio de associações entre o discurso do establishment norte americano com a retórica imperial de salvação da mulher muçulmana existentes desde o século XVIII em direção ao Mundo Árabe-Muçulmano.

Como objetivo geral esta pesquisa tem como intuito compreender a instrumentalização da retórica de salvação da mulher muçulmana na política de Guerra ao Terror. Dessa forma, seus objetivos específicos são: (i) perceber a contribuição feminista e pós colonial em RI; (ii) entender como a instrumentalização da retórica de salvação da mulher muçulmana na Guerra ao Terror interage com o lugar da mulher muçulmana no discurso imperialista europeu. A metodologia de pesquisa se baseia em textos teóricos que discutem raça, gênero, cultura em suas relações com poder desenvolvida por Ashcroft, Spivak, Mohanty e Said.

Os desdobramentos do “weaponized feminism” sobre a mulher-muçulmana abrangem uma nova amplitude das relações internacionais sobre os impactos em atores tradicionalmente marginalizados como os sujeitos diaspóricos e, principalmente, o sujeito feminino. Tradicionalmente vozes e culturas subalternas são silenciadas por intelectuais em meio ao que Spivak (1988) chamou de “violência epistêmica”. Atualmente existe uma relevância crescente de temas que tangem a constelação do sujeito subalterno em jornais, dossiês, periódicos internacionais; entretanto, grande parte da bibliografia sobre o tema está em língua inglesa. Sendo assim, a justificativa do trabalho segue, em geral, a tentativa de oxigenar o debate feminista nas RI e, em específico, pela busca do protagonismo do sujeito feminino subalterno a fim de se pensar a “violência epistêmica”(SPIVAK,1988).

Pode se dizer que a preferência pelos estudos do “weaponized feminism” se dá pela renovação suscitada a área de relações internacionais, questionando em níveis profundos a questão da representação racial nas produções acadêmicas internacionais – principalmente, sobre o olhar de intelectuais de antigas potências coloniais sobre países que já foram colônias. Também pelo interesse nos questionamentos incipientes sobre uma suposta dicotomia entre pautas identitárias *versus* políticas-econômicas, na qual o discurso *mainstream* coloca o feminismo como um simples instrumento de propagação da estrutura capitalista incorrendo, na minha percepção, a visões monolíticas sobre o pensamento feminista. Em direção ao social, os desdobramentos deste debate entre pautas identitárias, políticas, econômicas estão cada vez mais florescendo na conjuntura nacional e internacional. Dessa forma, compreender o “weaponized feminism” também é levar em consideração o aspecto internacional das pautas de mulheres negras, latinas, árabes, caribenhas para que o debate sobre instrumentalização de modo a legitimar políticas intervencionistas.

É importante destacar que este trabalho não tem intuito de intensificar divisões do feminismo, mas sim instigar o debate sobre a instrumentalização da pauta feminista a serviço de interesses geopolíticos de antigas potenciais imperiais, fornecer uma colaboração para repensar os feminismos dentro de um aspecto mais amplo como o internacional.

Feminismo e pós colonialismo possuem aberturas teórico-metodológicas que abarcam narrativas desde o olhar da mulher e do subalterno. Feminismo é elemento crucial para o discurso pós-colonial por duas maiores associações. Primeiro, tanto a opressão de gênero quanto a imperial podem ser vistos como formas análogas de

dominação sobre os que tornam subordinados. Segundo, existem diversos debates em sociedades colonizadas sobre se o gênero ou a opressão colonial é o fator político mais importante na vida das mulheres. Ambas as teorias se complementam a partir de ferramentas metodológicas e conceituais que tem como intuito dar voz a sujeitos e culturas tradicionalmente representados nas produções acadêmicas como "um outro" e não como sujeitos de suas vidas.

No segundo capítulo, será localizada as contribuições feministas e pós coloniais na bibliografia especializada. Para tanto, são mapeadas as teorias pós positivistas utilizadas como marco teórico do trabalho, com o objetivo de localizar a contribuição feminista e pós-colonial. Ao final do capítulo trataremos de algumas considerações importantes sobre as aproximações entre feminismo e pós colonialismo.

No terceiro capítulo, será localizada a mulher muçulmana no discurso da guerra ao terror. Para tanto, em primeiro lugar, será abordado a narrativa do establishment que envolve a guerra ao terror desde o seu início, imediatamente após o 11 de setembro, sobre a formação do imaginário de "salvar a mulher afegã dos homens bárbaros". Após esta sessão, serão tratadas as associações entre o discurso deste discurso do establishment norte americano com a retórica de salvação imperial. Por fim, será analisada a apropriação do discurso feminista pelo establishment.

No quarto capítulo, serão feitos esforços para relacionar as contribuições feministas pós-coloniais sobre a retórica imperial no discurso de salvação da mulher muçulmana. As conexões aqui traçadas servem como recapitulação de algumas ideias já abordadas, bem como para provocações futuras de pesquisa.

2. CONSIDERAÇÕES TEÓRICO-METODOLÓGICAS

Neste segundo capítulo, foram localizadas as contribuições feminista e pós coloniais na bibliografia especializada. Para tanto, foram mapeadas algumas considerações sobre teorias pós positivistas utilizadas como marco teórico do trabalho, com o objetivo de localizar a contribuição feminista e pós colonial. Ao final do capítulo trataremos as aproximações entre feminismo e o pós colonialismo.

2.1. ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE POSITIVISMO E PÓS POSITIVISMO

As relações internacionais é uma área nova onde sua origem remete ao século XX, encontrando diversas questões em aberto e perguntas e respostas que não possuem ainda consensos dentro da produção científica. Uma das principais características da área é que os pesquisadores que compõem a academia e se debruçam sobre essa temática não constituem um corpo coeso que se dedica a um único elemento, mas sim um imenso tecido nervoso repleto de capilaridades políticas, ideológicas, teórico e metodológicas. Este tópico tem como objetivo expor onde as teorias positivistas e pós positivistas se encaixam no debate das relações internacionais, apresentar as diferenças teórico-metodológica entre elas.

A partir dos anos de 1980, intelectuais de relações internacionais (RI) provocaram novos questionamentos sobre as limitações das produções acadêmicas da área na tentativa de construir alternativas para pesquisas científicas que não eram contempladas pela perspectiva clássica sobre Estado, atores estatais, capacidades militares e espaços públicos. Neste sentido, as bases de teorias de RI tradicionalmente reverberam silenciamentos de atores não estatais uma vez que estes atores ocupam espaços para análises científicas compreendidas como fronteira entre RI e outras disciplinas das Ciência Política, da Antropologia, da Sociologia. Este debate nas RI(Terceiro Debate), foi marcado por cosmovisões diferentes sobre o que se considera como válido dentro da produção de conhecimento científico na área, destacando-se pelas perspectivas conflitantes de intelectuais pós positivistas e positivistas(ou reflexivistas e racionalistas). É importante destacar que trabalha-se aqui com a ideia de que o Terceiro Debate é válido, uma vez que, a partir do ponto de vista ontológico, proporcionou a oxigenação das agendas de pesquisa nas Relações Internacionais (SMITH, 1996).

As diferenças entre positivistas e pós positivistas se estabelecem no campo do positivismo como origem da racionalidade na teoria positivista, dos seus desdobramentos na constelação da empiria e normatividade científica. A mudança do termo racionalismo para positivismo ocorre segundo as bases metodológicas trazidas por Augusto Comte das ciências naturais para as sociais, ainda no século XIX, mas que ao longo do tempo recebeu influências do Circulo de Vienna e da filosofia inglesa desembocando posteriormente nas figuras de Carnap, Nagel, Hempel e Popper (SMITH, 1996). A versão utilizada do positivismo para as Ciências Sociais e para as Relações Internacionais se fundamenta em quatro pontos: i) a crença da existência de uma unidade metodológica nas ciências; ii) a distinção entre fatos e valores, onde fatos seriam teoricamente neutros, sendo possível o conhecimento objetivo sem passar pela experiência pessoal do sujeito; iii) a crença na existência de regularidades no mundo social e natural que possibilitaria a construção de modelos teóricos; iv) a confiança na validação empírica - ou falsificação - determinaria o que é a "real" pesquisa (SMITH, 1996).

A maioria dos teóricos considerados *mainstream* nas relações internacionais são considerados positivistas, no sentido que concordam que a maioria da sistemática que prevalecente nas relações internacionais pode ser entendidas objetivamente, mesmo reconhecendo suas partes subjetivas. O estudo do poder nas relações internacionais tem sido central para a organização e produção de conhecimento na disciplina. Poder no *mainstream*, particularmente realista e neo-realista, a intelectualidade de Ri está intimamente ligada às noções de estado, soberania, anarquia e ordem. Essas noções estão intimamente ligadas, para os realistas, ao conceito de poder, cujo funcionamento é considerado parte integrante do ordenamento e funcionamento da RI. Considera-se a estruturação da anarquia, da ordem e da soberania do Estado, e sua relação com a produção de poder, como preocupações analíticas centrais na teoria da RI.

O declínio do realismo nos anos 90 foi amplificado por eventos internacionais. Os anos finais do século XX pareciam fornecer forte suporte para abordagens alternativas. A dissolução da União Soviética; a continuação da integração da Europa Ocidental na ausência de competição americano-soviética; a onda de democratização e liberalização econômica em toda a antiga União Soviética, Europa Oriental e o mundo em desenvolvimento; e a improbabilidade da guerra entre as grandes

potências fez com que o realismo parecesse ultrapassado devido ao protagonismo de atores não estatais (JERVIS, 2002).

O *mainstream* do pensamento liberal nas relações internacionais supõe que se pode aplicar a razão para ampliar possibilidades de liberdade ou de autogoverno. O internacionalismo liberal emergiu como pensamento coerente no Iluminismo e atingiu seu auge com os Quatorze Pontos de Woodrow Wilson, destinados a formar a base da paz pós Primeira Guerra Mundial. Os liberais tendiam a acreditar que a eclosão da Primeira Guerra Mundial havia justificado sua crítica a sistemática prevalecente nas relações internacionais. Procuravam estabelecer uma paz liberal marcada pela diplomacia aberta, o direito de autodeterminação, o livre comércio, o desarmamento, a solução pacífica de controvérsias e o estabelecimento de uma organização internacional de segurança, na forma da Liga das Nações(JERVIS, 2002).

O debate na década de 1990 tendeu a se concentrar na questão da intervenção para propósitos humanitários, e desde 2001, o surgimento da "Guerra ao Terror" mudou a atenção da perspectiva teórica para questões de intervenção preventiva e preventiva por razões de segurança. As críticas pós positivistas se estabelecem quanto ao dilema entre intervencionismo e imperialismo, sobretudo pelos impactos de políticas externas com o fim da Guerra Fria liberais em atores marginalizados como mulheres, imigrantes, movimentos sociais. Dentro do guarda chuva epistemológico da negação do positivismo se encontram os reflexivistas, onde pode se localizar teorias feministas, críticas, pós modernas, pós estruturalistas e pós colonialistas. Para eles a aplicação da epistemologia empiricista que teria reduzindo a área de estudo (SMITH, 1996), surgindo assim outra gama de pesquisadores que se propõe a ampliar o leque das relações internacionais.

Os pós positivistas compartilham críticas a crença positivista na existência de uma observação neutra, reforçam a ideia dos sentidos como base para o conhecimento e discordam da visão de que uma dada razão levaria todas as mentes aos mesmos resultados. Os reflexivistas nas ciências sociais questionam as bases universalistas do positivismo, na qual o homem se reconhece como um ser autônomo, autossuficiente e universal, e a se mover pela crença de que, por meio da razão, se pode atuar sobre a natureza e a sociedade. Enquanto os positivistas acreditam que o pesquisador e o objeto de pesquisa são independentes uns dos outros, os pós-positivistas aceitam que valores, teorias, antecedentes e conhecimentos do pesquisador podem influenciar o que é observado. Eles acreditam que o

conhecimento humano não é baseado em fundamentos inquestionáveis e sólidos, mas sim em percepções humanas (SMITH, 1996).

Até aqui, foram abordados as divergências epistemológicas entre positivistas e pós positivistas(ou racionalistas e reflexivistas), enfatizando a relevância para o pluralismo na área de relações internacionais. Para tanto, fez-se necessário a apresentação do intitulado terceiro debate; das críticas reflexivistas ao racionalismo positivista(onde se ressaltou a perspectiva que aceita que valores, teorias, antecedentes e conhecimentos do pesquisador podem influenciar o objeto de pesquisa). Além disso, foram localizados os positivistas, enfocando nas teorias realistas e liberal, e pós positivistas nas relações internacionais. Nos próximos tópicos serão explanadas abordagens reflexivistas feministas e pós coloniais.

2.2. OS FEMINISMOS

Dentre as diversas contribuições feministas da década de 1960 e 1970¹, vale ressaltar a forte influência teórica de Simone de Beauvoir ao feminismo ocidental (SANTOS, 2015). A autora levou inúmeros questionamentos as produções científicas sobre a existência da mulher enquanto ser em relação ao homem e aos mitos e fatos que condicionam a vida da mulher em sociedade (BEAUVOIR, 1949). Santos (2015) analisa que em "não nascemos mulheres, tornamo-nos" (BEAUVOIR, 1949) há distinção incipiente entre a construção do "gênero" e o "sexo dado", evidenciando que não seria possível atribuir as mulheres certos valores e comportamentos sociais como biologicamente determinados (SANTOS, 2015). A incipiente divisão entre gênero e sexo funcionaria como uma espécie de base para o feminismo ocidental, partindo da ideia de que o sexo é algo natural e o gênero é algo socialmente construído (SANTOS, 2015).

Os questionamentos internos sobre o olhar crítico das feministas sobre os próprios estudos permitiu o florescimento de novas ideias e a redefinição de estratégias que apresentaram falhas em momentos anteriores. O marco teórico pós positivista se expressa no questionamento do conceito de mulheres como sujeitos do feminismo, na tentativa de "desnaturalizar o gênero"(BUTLER, 2003), ou seja, de

¹ Direito a pílula (desvinculando o sexo da procriação), direito ao aborto (a mulher tendo direito de decisão sobre seu corpo, afastando o Estado dessa relação). A luta de Betty Friednan pela presença de mulheres estudando em escolas e universidades.

desafiar a ideia de sujeitos com identidades fixas e destinos lógicos. Essa desconstrução retoma o debate sobre os limites da categoria mulher como algo universal (anos 60 e 70) e permite uma renovação feminista no sentido de uma abertura a outras reflexões como a heterossexualidade, a homossexualidade, as identidades *queer*.

Em linhas gerais, a palavra feminismo traz no senso comum ideias bastante controversas sobre o que significa ser feminista, escrever livros feministas. Na disciplina de relações internacionais, esses estereótipos tendem a se reproduzir sobre outras formas e linguagens, mas continuam a reiterar opressões de gênero. Quando feminismo é tema, costumam aparecer desentendimentos nas mais diversas áreas do conhecimento acadêmico ou não. Uma hipótese a ser levantada é a proximidade subjetiva que os sujeitos precisam encarar para escutar de forma atenta o que feministas estão querendo dizer; outra pode ser o próprio desconhecimento prático do que significa feminismo. É importante, então, pontuar que feminismo é uma maneira de perceber o mundo. É uma abordagem altamente plural que investiga o mundo e atua nele. Amplamente, objetiva uma sociedade sem hierarquia de gênero, ou melhor, em que gênero não pode ser utilizado como forma de conceder privilégios ou mesmo legitimar opressão, ou também contra o poder hegemônico masculino (TICKNER, 2001).² Feministas levam a cabo a gênero como construção social (produzindo identidades subjetivas através das quais vemos e conhecemos o mundo) (PETERSEN, 1996) e que o mundo é moldado por significados de gênero (PETERSEN, 1996). Ou seja, nós não experimentamos ou "vivenciamos" o mundo como "humanos" sem carregar gênero em nossos corpos. Ao perceber a potencialidade plural do feminismo é que a ideia de feminismos começa a fazer mais sentido para o leitor sem familiaridade com o debate. Outra maneira de evidenciar a construção dos feminismos é a partir de um panorama histórico, geralmente, conhecido pela nomenclatura das "ondas" do feminismo.

Os feminismos dentro das relações internacionais são permeados dessas nuances epistemológicas, tendo em seu seio, diferentes perspectivas quanto ao conceito de "gênero" e também sobre sua centralidade (ou não) dentro do pensamento. Gênero é o objeto de análise das feministas. Ele é interpretado de

² Mesmo dentro desse recorte objetivo se encontram diferentes entendimentos sobre o que o feminismo busca a curto, médio e longo prazo. Algumas autoras inclusive já apontam para o termo no plural, evidenciando suas nervuras práticas e teóricas (ENLOE, 2007; TICKNER, 2001; SYLVESTER, 1996).

acordo com sua construção social, seu aspecto identitário, suas interseções com classe e raça e/ou invisibilidade e subordinação, suas interseções com as relações internacionais-sociais, de modo que permeiam olhares plurais sobre o mesmo tema: o que é gênero?

As diversas definições para gênero destacam uma "curiosidade feminista" (ENLOE,2007), ou também, uma inquietação criativa que leva as teorias a enxergarem atores por vezes subestimadas por visões tradicionais. Em linhas práticas, feministas estão preocupadas com os desenrolares masculinistas de política externa, com a maneira que estereótipos de gênero se tornam naturais³ afirmando que ajudam a formar um tipo de sociedade que deve ser criticada a fim de propiciar o avanço das políticas Globais. Também questionam a invisibilidade feminina e a dominação de gênero na área.

A inserção do feminismo nas relações internacionais ocorre a partir dos debates sobre a importância da disciplina, bem como sobre as metodologias apropriadas para discutir temas que se conectava com as realidades pós-Guerra Fria. As feministas de modo geral discutem gênero e suas implicações em noções de poder nos desenrolares da política externa dos Estados (TICKNER, 2001; ENLOE, 2007).

A partir dos anos de 1990 feministas desenvolvem paradigmas que colocam em prática princípios da micropolítica pós estruturalista (TICKNER, 2001). As críticas trazidas por algumas feministas pós positivistas vem no sentido de mostrar que o discurso que se propõe universalista é na verdade excludente. Feministas estavam preocupadas em responder o que é e o que não é bom para cada mulher, questionando o padrão branco e burguês delas mesmas enquanto movimento que se propunha a subverter estruturas. Mulheres negras começam a se destacar no movimento, negociando espaços para revelar as diferenças vividas por mulheres com diferentes condições sociais e étnicas. É nesse contexto que o conceito de "interseccionalidade" (DAVIS, 1981; CRENSHAW, 1989, LORDE, 1980) das diferentes opressões emerge⁴, questionando as pretensões universalistas de feministas brancas.

³ ou para Butler(2001) como se estabelecem papéis de gênero a partir de uma "performatividade".

⁴ a ideia de opressões compartilhadas já se mostrava antes mesmo da terceira onda feminista, mas ainda é recorrente encontrar na literatura anglo-saxã as contribuições do feminismo negro como desmembramento das discussões feministas brancas. Sobre o constante apagamento das vozes negras nas Ciências é sugerido Carneiro(2005).

Quando se traz o foco do feminismo para as relações internacionais é difícil manter divisões ontológicas, epistemológicas e metodológicas sobre bases estritamente racionalistas. Tickner (2001), por exemplo, coloca "teorias feministas são multidisciplinares, extraem tanto das ciências sociais e naturais quanto das humanidades e filosofia. Elas incluem uma ampla variedade de abordagens epistemológicas e metodológicas (TICKNER, 2001, p.11)." Nesse sentido, Enloe (2007) parece expor o pensamento feminista de maneira mais criativa, direcionando-nos para associações metodológicas mais fluidas e intuitivas⁵. O feminismo ocorre por meio de articulações práticas, de conversas, de fluxos de ideias entre mulheres (sejam elas arquitetas, biólogos, antropólogos, economistas) (ENLOE, 2007). O feminismo ocorre em organizações e encontros como *International Studies Association, Women on Caucus* ou mesmo em mesas de mulheres sobre a Guerra da Síria (2018), em redes online como MulheRIs, off-line Mulheres e Relações Internacionais.

Enloe (2007) parece ir ao encontro das ideias de Tickner (2001), além do pensamento sobre a pesquisadora, à produção acadêmica institucional, transitando em direção a outro ponto de vista sobre o que é a "teoria" feminista.

"Essa diversidade leva a críticas feministas de RI. Resulta das variadas orientações filosóficas do feminismo moderno (liberal, radical, socialista e assim por diante) e da recém-proeminente vertente pós-positivista da crítica feminista, que rejeita muitas das suposições consagradas do racionalismo e do positivismo. "Coerência" teórica, coesão ideológica, observador imparcial".⁶ (JONES, 1996, p. 406, tradução livre)

Feministas que seguem a lógica positivista tendem a buscar bases metodológicas específicas, consolidar epistemologias e agendas definidas. Mesmo compreendendo as limitações de marcos teóricos racionalistas reiteram práticas de análises baseadas na busca por neutralidade e imparcialidade da pesquisadora sobre o objeto de estudo. Por vezes, distanciam-se também da compreensão política sobre o processo de formação do conhecimento a medida que não se enxergam como ativistas políticas e tampouco tem pretensões de se definirem como tal. Definem de

⁵ Enloe carrega em seus textos e entrevistas marcas da metodologia intitulada por "curiosidade feminista", que interpreto a partir do sentido de uma "inquietação criativa" que leva o feminismo a constantes expansões.

⁶ Do original: "This diversity carries through to feminist critiques of IR. It results from the varied philosophical orientations of modern feminism (liberal, radical, socialist, and so on), and from the recently prominent post-positivist strand of feminist criticism, which rejects many of the hallowed suppositions of rationalism and positivism. Theoretical 'consistency', ideological cohesion, the detached observer?"

maneira prática que o trabalho da teoria feminista é construído por meio do diálogo com as teorias racionalistas, tanto das ciências sociais e naturais como das humanidades e filosofia. Vale contrastar que feministas positivistas também não constituem um grupo com perspectivas homogêneas. As autoras conseguem expor diferentes focos de análise inclusive pelas aberturas narrativas que trabalham. Pretensões universais positivistas procuram utilizar "teoria" no intuito de construir o pensamento feminista a partir do discurso com o processo de "teorização tradicional"(BUTLER, 2001).

2.3. FEMINISMO E POS COLONIALISMO

Antes de se ater às abordagens pós coloniais em si, é importante ressaltar que a lógica trabalhada aqui diverge em muito das teorias aqui já abordadas. O modelo traçado para recompor o pensamento pós colonial neste texto não é único ou exclusivo, existindo inúmeros outros caminhos para apresentar os debates travados na literatura acadêmica. Assim, é preciso ter em mente que este é um campo de discussão em aberto, em constante renovação e desdobramentos (dentro e fora das RI). Dessa forma, a pesquisa bibliográfica aponta para um constante desafio: mapear o pensamento pós colonial (sua genealogia precisa). Todo o caso, cabe dizer que o pós colonialismo proporciona novas percepções, perspectivas e *insights* a literatura, aos estudos culturais, a sociologia a partir de conexões cada vez mais interdisciplinares (ASHCROFT, 1995). Entretanto, para fins objetivos que visam maior visibilidade de perspectivas alternativas dentro das relações internacionais, o recorte estabelecido tem como expectativa introduzir as considerações pós coloniais a área de estudos, mas entendo que um olhar interdisciplinar acaba transparecendo nas explicações. Posteriormente, serão destacados possíveis paralelos e fissuras entre feminismo e pós colonialismo e alguns conceitos feministas pós coloniais relevantes para o estudo de caso.

Como dito, o termo pós colonial emerge de uma "variedade de disciplinas e teorias", os estudos pós-coloniais "possibilitaram um complexo diálogo interdisciplinar dentro das humanidades" (GANDHI, 1998, p. 3). Tal interdisciplinaridade provoca certo ceticismo, algumas controvérsias e desentendimentos sobre o campo. Uma das maiores controvérsias se dá sobre: afinal o que o pós colonialismo abrange? estaria se referindo a um período histórico de antigas colônias pós independência? Entendo

que o pós colonialismo na direção de Ashcroft et al (1995) e Chowdhry & Nair (2013), ponderando que este não significa necessariamente o fim do colonialismo, pelo contrário, por um lado, o colonialismo persiste na contemporaneidade apesar das descolonizações, sobre novas moldes econômicos, políticos e/ou culturais. Ao passo que também não há uma completa ruptura de algumas das relações coloniais anteriores nessa fase.

As percepções teóricas introduzidas pelos estudos pós-coloniais apontam um ponto de vista alternativo as perspectivas tradicionais de RI. Para Chowdhry & Nair (2013) a indicativa de maiores atenções ao pós colonialismo nas relações internacionais se relaciona com os esforços já traçados com o marxismo, o pós estruturalismo e o feminismo em gênero, raça e classe através de suas ligações com poder.⁷ No entanto, os esforços pós coloniais nas RI se destacam pelo aprofundamento nas relações de raça, gênero e classe em escala global e nacional. Em uma leitura crítica a produção acadêmica predominantemente ocidental, o pós colonialismo problematiza o *gaze*⁸ por trás dessas produções contemporâneas no intuito de expor as conexões culturais, linguísticas e psicológicas com imperialismo (ASHCROFT, 1995) ou até em imbricações mais tradicionais nas RI como relações de poder e dominação (CHOWDHRY & NAIR, 2013). O conceito de *gaze* serve de base para o desenvolvimento daquilo chamado pelos pós colonialistas de “imperial eyes”, “postcolonial gaze”, “western gaze” ou mesmo de “orientalismo” (SPIVAK,

⁷ A crítica a produção acadêmica não é novidade entre as teorias de RI. As feministas de ponto de vista já criticavam a valorização de características masculinizadas nos círculos acadêmicos ainda no século XX, no sentido dos seus trabalhos estarem colocados à margem da produções científicas, já que não eram “sérios o suficiente” (“*if you want to be serious you need to be masculinized*”). Feministas não ocidentais já questionavam tanto a hegemonia masculina como também a marginalização do conhecimento não europeu (MOHANTHY, 1984). Além disso, Entretanto, parece que a dinâmica do conhecimento e do conhecimento como poder conseguiu se desenvolver a partir de uma sistemática com os pós estruturalistas que conseguem chegar a críticas sobre a predominância europeia no que lemos pela “autoridade científica” (Foucault.). Ainda nessa mesma época Said (1996) sistematiza o pensamento de Foucault colocando que a autoridade é um produto de uma “disciplina” sistemática pela qual a cultura européia foi capaz de construir e administrar o Oriente durante o período pós-iluminista (eurocentrismo).

⁸ O conceito de *gaze* serve de base para o desenvolvimento daquilo chamado pelos pós colonialistas de “imperial eyes”, “postcolonial gaze”, “olhar ocidental” ou mesmo de “orientalismo” (SPIVAK, 1988; ALLOULA, 1984; SAID, 1996). *Gaze* pode ser traduzido como o olhar contemplativo; olhar para algo ou alguém durante um período razoável de tempo. Dentro desse senso comum não há um enfoque para o olho do sujeito da ação ou, até mesmo, para o modo como o sujeito olha, se, por exemplo, é com desejo ou afeição (LACAN, 1985) A perspectiva que a psicanálise lacaniana trás é que o *gaze* representa a tela que intersecciona as projeções do sujeito (ponto) e do mundo (objeto), isto é, o ponto tem um olhar sobre o objeto assim como o objeto tem um olhar sobre o ponto (LACAN, 1985). Cada uma dessas projeções localiza-se desde perspectivas diferentes e se conectam entre si através do olhar (*gaze*) (LACAN, 1985). Em linhas gerais, nós - enquanto sujeitos- tentamos entender o mundo; obter atenção de algo/ alguém ou tentamos precisamente ver um objeto acontece que, de fato, isso nunca acontece porque o encontro dessas projeções resulta na distorção, no desencontro (LACAN, 1985).

1988; ALLOULA,1988; SAID,1996; MOHANTY,1984). *Gaze* pode ser traduzido como o olhar contemplativo; olhar para algo ou alguém durante um período razoável de tempo. Dentro desse senso comum não há um enfoque para o olho do sujeito da ação ou, até mesmo, para o modo como o sujeito olha, se, por exemplo, é com desejo ou afeição. Traçando paralelos com a perspectiva da psicanálise lacaniana é possível inferir que o *gaze* representa a tela que intersecciona as projeções do sujeito (ponto) e do mundo (objeto), isto é, o ponto tem um olhar sobre o objeto assim como o objeto tem um olhar sobre o ponto (LACAN, 1985). Em linhas gerais, nós - enquanto sujeitos- tentamos entender o mundo; obter atenção de algo/ alguém ou tentamos precisamente ver um objeto acontece que, de fato, isso nunca acontece porque o encontro dessas projeções resulta na distorção, no desencontro.

O imperialismo⁹, em seu sentido mais amplo, refere-se à formação de um império marcados a partir de 1800 em que uma nação estendeu seu domínio sobre uma ou várias nações vizinhas. Nesse sentido, Said (1996) já parece nos oferecer uma definição importante para os estudos pós coloniais, "Imperialismo significa a prática, a teoria e as atitudes de um centro metropolitano dominante que domina um território distante". Ou seja, é colocado um primeiro distanciamento entre o que o sentido mais amplo pondera por domínio material, abrindo margem para interpretações que enxergam práticas dominação além das bases territoriais. Esta visão sobre o imperialismo como sistema de dominação é explorada anteriormente quando o autor deixa evidente o papel do conhecimento europeu umas das formas do poder imperial (SAID,1996).

No intuito de trazer a discussão sobre poder para instâncias do capitalismo, Spivak (1988) se questiona sobre a representação do sujeito subalterno nas produções teóricas a partir da pergunta: "Pode um Subalterno Falar?". Para tanto, trago o foco aqui para considerações sobre o papel do intelectual na produção de conhecimento para reflexão do imperialismo. O intelectual "representa" um interesse ou desejo individual e coletivo dentro de uma elite dominante (*vertreten*, no campo da consciência), bem como "representa" (*darstellen*, na constelação do constituir-se) uma ideologia (SPIVAK, 1988). Como exemplo, intelectuais europeus construíram uma

⁹ Aqui é importante distinguir para o leitor a distinção utilizada sobre colonialismo e imperialismo. Sobre isso Edward Said oferece a seguinte distinção: ""imperialismo" significa a prática, a teoria e as atitudes de um centro metropolitano dominante que domina um território distante; "Colonialismo", quase sempre consequência do imperialismo, é a implantação de assentamentos em território." (SAID, 1996, p. 8).

imagem do sujeito colonial na tentativa de, a partir de um olhar autocentrado, tentar conceber um "Outro", que de certo modo foge de suas referências europeias cristãs, brancas, monoteístas, a sombra de si "*Self*". Assim, Aschcroft (1995) interpreta que "representar" outros povos era importante aliado do controle econômico e político porque sustentava o domínio imperial e se tornava o modo pelo qual colonizados se tornavam cada vez mais convencidos a se conhecerem: ou seja, estabelecer sistema de "representação" subordinado à Europa. Nesse caminho, encaixa-se a questão da exportação para as colônias de língua, literatura e aprendizados europeus como parte de uma missão civilizatória, que envolvia a supressão de uma vasta riqueza de culturas originárias, sob o peso do controle imperial (ASHCROFT, 1995; SPIVAK, 1988). É importante atentar que Spivak (1988) não ignora subjetividades ou materialidades. As tentativas da autora se empenham em desenvolver compreensões para além de uma falsa dicotomia entre os temas.

Para Spivak (1988) este "projeto heterogêneo para constituir o sujeito colonial como Outro" (p. 76, tradução livre) é o exemplo mais evidente de "violência epistêmica". Na mesma linha a autora desenvolve que esse projeto é também traço de uma "extinção" (*obliteration*) daquele Outro da Europa em sua "precária atividade subjetiva", ou em outras palavras, o silenciamento de vozes e culturas subalternas quando colocados como "conhecimentos desqualificados, inadequados, ingênuos, com pouca cientificidade ou lógica" (SPIVAK, 1988). A "violencia epitesme" aponta, também, como o sujeito subalterno feminino está ainda mais na obscuridade, considerando que sofre também com a dominação masculina perpetuada pela construção ideológica de gênero (SPIVAK, 1988).

Por fim, a partir dessas colocações sobre pós colonialismo pretendo estabelecer um paralelo com o pensamento feminista pós colonial a fim de incitar o questionamento sobre os efeitos do imperialismo sobre o sujeito feminino subalterno.

Feminismo e pós colonialismo possuem diálogos que podem ser reconfigurados entre a década de 1980 com questionamentos sobre invisibilidade e subordinação (SPIVAK, 1988; MOHANTY, 1984). Feminismo é elemento crucial para o discurso pós colonial por duas maiores associações. Primeiro, tanto a opressão de gênero quanto a imperial podem ser vistos como formas análogas de dominação sobre os que tornam subordinados. Segundo, existem diversos debates em sociedades colonizadas sobre se o gênero ou a opressão colonial é o fator político mais importante na vida das mulheres (MOHANTY, 1984).

Como traçado em momentos anteriores¹⁰, os meandros, ou até nervuras, do feminismo impulsionaram algumas leituras sobre gênero, mas em outros momentos também geraram fissuras entre feministas ocidentais e ativistas políticas de sociedades colonizadas. Paralelos e fissuras entre as experiências da mulher com o patriarcado e sujeito colonizada podem se dar sobre diversos aspectos. Nesse sentido, Mohanty (1984) atenta para possíveis universalismos do feminismo ao colocar que mulheres (como um grupo) possuem opressões compartilhadas. Em linhas gerais, a narrativa acaba vezes por reforçar a imagem de mulheres como um grupo monolítico: "uma imagem que parece arbitrariamente construída, mas, no entanto, traz consigo a assinatura autoritária do discurso humanista ocidental" (MOHANTHY, 1984).

A autora reflete sobre conexões fáceis entre as mulheres como sujeitos históricos e a reapresentação da mulher produzida por discursos hegemônicos que desembocam em uma relação de identidade direta, ou uma relação de correspondência ou de simples implicação. O contrargumento se estabelece no sentido de por mais que mulheres possam ter opressões compartilhadas, estas não se manifestam da mesma forma em todas as mulheres (MOHANTHY, 1984). O que ela provoca é um questionamento para nós feministas sobre nosso *gaze*, nossos vícios de associação, nossa tentativa de padronização das mulher para tentar caber em uma lógica própria:

"Western feminist writing on women in the third world must be considered in the context of the global hegemony of Western scholarship—i.e., the production, publication, distribution and consumption of information and ideas. Marginal or not, this writing has political effects and implications beyond the immediate feminist or disciplinary audience. One such significant effect of the dominant 'representations' of Western feminism is its conflation with imperialism in the eyes of particular third world women." (MOHANTHY, 1984,P.)

Na tentativa de explicar a mulher do Terceiro Mundo (MOHANTHY, 1984), o sujeito feminino subalterno (SPIVAK, 1988) feministas anglo saxãs acabam por trabalhar com simplificações sobre seus objetos de pesquisa. Ocorre que a perspectiva das intelectuais(*gaze*) representa e influi na produção acadêmica, bem como os desenrolares das estruturas econômicas de poder. Mulheres subalternas

¹⁰ Tópico 2.2. quando me refiro as perspectivas interseccionais trazidas pelo feminismo negro.

possuem capilaridades de classes, etnias, corpos, crenças, valores, ideologias onde patriarcado e capitalismo se assentam e manifestam. Spivak(1988) e Mohanthy(1984) atentam principalmente para uma tradição que por vezes desloca a análise econômica do centro do debate, ambas compreendem as limitações das narrativas econômicas sobre as construções sociais, mas também atentam para as diversas faces do poder de divisão internacional do trabalho em suas interconexões com capitalismo global na vida da mulher subalterna.

Neste capítulo, portanto, foram abordados as divergências epistemológicas entre positivistas e pós positivistas, enfatizando a relevância para o pluralismo na área de relações internacionais. Para tanto, ressaltei abertura das perspectivas pós positivistas para constantes questionamentos sobre a neutralidade do pesquisador. Em suma, foram localizadas as contribuições feminista e pós coloniais na bibliografia especializada sobre a opressão de gênero quanto a imperial podem ser vistos como formas análogas de dominação.

3. A LOCALIZAÇÃO DA MULHER MUÇULMANA NO DISCURSO DA GUERRA AO TERROR.

Este capítulo tem como objetivo mapear a localização da mulher muçulmana no discurso da guerra ao terror. Para tanto, foi traçado um recorte do questionamento feminista pós-colonial acerca do discurso de libertação da mulher muçulmana na guerra ao terror conforme o marco teórico feminista pós colonial. Primeiro, trabalho com a formação do imaginário salvacionista no establishment norte americano abordando, principalmente, a administração Bush e apresentando a figura de Laura Bush nos desenrolares do imaginário construído.

3.1. A FORMAÇÃO DO IMAGINÁRIO SALVACIONISTA NO ESTABLISHMENT NORTE AMERICANO.

Para localizar a mulher muçulmana no discurso da guerra ao terror é essencial, em primeiro lugar, ter em mente a narrativa do establishment que envolve a guerra ao terror desde o seu início, imediatamente após o 11 de setembro: a missão de "salvar a mulher afegã dos homens bárbaros". A primeira dama Laura Bush, em discurso proferido em novembro de 2001, evocava atenção a crueldade sofrida pelas "mulheres e crianças afegãs"(BUSH, 2001) afirmando que "as pessoas no mundo civilizado devem agir rapidamente"(BUSH, 2001) "porque no Afeganistão, vemos o mundo que os terroristas gostariam de impor ao resto de nós"(BUSH, 2001). Diversos trabalhos feministas e feministas pós coloniais, em específico, apontam para a importância desse discurso salvacionista para legitimação da intervenção do Afeganistão(KHALID, 2014; HUNT,2008; ZINE,2008). A formação do imaginário salvacionista passava pela reconstrução do arquétipo do "mulher do Terceiro Mundo", oprimida pelos "homens marrons" e politicamente subjugada por estes tidos como brutais e misóginos terroristas, contribuiu para alguns interpretarem a libertação como feminista em meio a guerra(KHAN,2008).

Ao iniciar a discussão se faz necessário definir o que se entende por establishment e apontar algumas limitações práticas quanto as fontes trabalhadas. A bibliografia especializada trabalha em direção a atores da elite social, econômica e política de um país levantando discursos políticos e imagens em mídias internacionais circulavam com mulheres afegãs cobertas pelo *hijab*. Esses atores "representam" de

setores neo conservadores em garantir um novo ciclo de expansão econômico por vias de uma proposta de agenda neoliberal para reconstrução do Afeganistão (2001) (HUNT, 2008; SPIVAK, 1988; ZINE, 2008). Eles dão voz para discursos neo conservadores ao mesmo tempo que se constituem dessa consciência, que aqui passo a chamar de imperial. Remontar a narrativa do establishment permite associações nas linhas do psicológico que foram trabalhadas para montar um cenário de salvação da mulher muçulmana em seu contexto de libertação feminista por meio da guerra.

Logo após os ataques de 11 de setembro, a administração Bush encarou a doutrina política conhecida por Guerra ao Terror, a qual tinha por objetivo promover a agenda de combate ao terrorismo, frente ao ambiente de insegurança que se configurava no período. O vídeo de uma afegã executada em Cabul obtido pela *Revolutionary Association of Women of Afghanistan* (RAWA) oferecido a BCC e CNN foi utilizado pelo Pentágono e por ele apropriado para apontar o tratamento brutal das mulheres pelo Talibã, o fechamento de escolas de meninas no intuito de justificar a invasão militar e encerrar o debate. A retórica norte americana se utilizou reconstrução do arquétipo do "mulher do Terceiro Mundo", oprimida pelos "homens marrons" e politicamente subjugada por estes tidos como brutais e misóginos terroristas. Este era descrito pelo temperamento abusivo com as mulheres da sua própria comunidade, remetendo ao tratamento misógino das mulheres afegãs às mãos do Talibã (HUNT, 2008). Durante o período de organização das tropas americanas para o Afeganistão se tornou cada vez mais nítido as associações do que se entendia por inimigo com a "barbárie". O discurso hegemônico do establishment tratou as tropas da Coalizão na campo imagético dos cavaleiros brancos coloniais que acabariam com a repressão imposta pelo Talibã (equiparando a civilidade à conversão ao cristianismo). No entanto, o discurso de George Bush foi além dos missionários do século XIX, enfatizando os direitos das mulheres como o padrão do século XXI para a conduta civilizada. Ao incorporar o discurso sobre os direitos das mulheres e a libertação, o governo Bush construiu a guerra como uma missão de resgate imperial e eles próprios como libertadores das mulheres (HUNT, 2008).

O governo George W. Bush foi caracterizado pelo viés neo conservador marcado, marcado por políticas intervencionistas para assegurar a dominação dos Estados Unidos, demonstrada no seu engajamento para a Guerra ao Terror. O então presidente dos Estados Unidos convocou uma narrativa similar as Cruzadas, sem a

devida cautela histórico-religiosa dos significados deste período para comunidades árabe-muçulmanas, na qual cristãos deveriam lutar em uma "Cruzada contra o terror"(ZINE, 2008). A administração Bush também se utilizou da retórica religiosa para descrever a preparação das campanhas contra muçulmanos no Afeganistão. O caso que ganhou notoriedade foi a situação da *Operation for Infinite Justice* (BBC, 2001) em 2001. Nessa situação, o nome da operação remeteu a uma invocação divina para justificar incursões militares em território muçulmano. Também remeteu a uma afronta a religião islâmica em que a base da fé tem que Allah é o único que pode prover justiça infinita (ZINE, 2008). Outras formas de inscrever as campanhas militares que se seguiram com propósito teológico e justificação vieram através do uso de sanções religiosas por parte de Bush, como a necessidade de livrar o mundo da crueldade.

É importante reiterar a recorrência na bibliografia o nome de da primeira dama, Laura Bush, como voz atuante em campanhas para mulheres afegãs. A primeira dama foi a primeira pessoa sem ser o presidente a pronunciar na radio da casa branca em 2001. Na oportunidade Laura Bush colocou que "as pessoas no mundo civilizado devem agir rapidamente" e "tem a obrigação de se manifestar" contra o tratamento das mulheres pelo Talibã "porque no Afeganistão, vemos o mundo que os terroristas gostariam de impor ao resto de nós" (BUSH, 2001). O discurso captura um gesto quase benevolente de trazer modernidade, democracia em direção a "mulheres e crianças afegãs" (BUSH, 2001). A mensagem deste discurso reitera o papel dos Estados Unidos em levar liberdade a "mulheres e crianças" de modo a colocar crianças como se fossem apêndices da mulher - como se ambos estivessem ameaçados por sujeitos retrógrados e por isso precisassem de figuras fortes para lhes libertar. As palavras mulheres e crianças atuam quase que em um mantra acionado frequentemente por líderes políticos, no que Enloe (2007) chamou de "mulheresecrianças" ("womenandchildren"). Esse termo foi cunhado por Enloe para desenvolver as práticas do patriarcado em linhas do discurso de gênero durante a Guerra do Golfo (1990) suscitando as associações sobre masculinidade nas concepções de garantia da segurança nacional. A administração se utilizou dessas referências míticas para acessar cognitivamente gatilhos nacionalistas, masculinistas com o intuito de montar uma narrativa que justificasse intervenções na região árabe. Faludi(2008) analisou como os norte-americanos usaram mitos históricos, de cowboys resgatando e protegendo mulheres fracas, por exemplo, em uma tentativa de

compreender melhor o ataque. No caso da guerra ao terror, a questão que fica é: por que uma mulher utilizou da mesma retórica masculinizada que historicamente apaga vozes das mulheres? Não estaria essa narrativa justificando uma suposta superioridade da mulher americana?

Feministas interseccionais e pós coloniais têm apontado pontos cegos do *gaze* feminista ocidental, chamando a atenção para outros projetos políticos que traçaram narrativas semelhantes às da guerra ao terror (em que a mulher muçulmana precisa ser salva do bárbaro marrom) e apontado para as reverberações desse discurso racista e islamofóbico¹¹ em outros setores da sociedades (BAHRAMITASH, 2003; ZINE, 2008). Feministas pós-coloniais trazem a discussão do sujeito colonial no intuito de mapear a atividade imperialista na sua complexa influência sobre raça, gênero, sexualidade e religião (ZINE, 2008; HUNT,2008; ABU-LUGHOD, 2002; YEGENLOGLU, 1998). Zine (2008) baseia sua discussão sobre a guerra ao terror a partir da análise de discursos de gênero, raça e religião orientalistas e neo-orientalistas, identificando como tais discursos posicionaram os muçulmanos, em geral, e as mulheres muçulmanas, em particular, dentro das práticas de representação históricas e contemporâneas relacionadas à guerra, violência e construção de impérios.

Em suma, para localizar a mulher muçulmana no discurso da guerra ao terror foi necessário elucidar a narrativa do establishment que envolve a guerra ao terror desde o seu início, imediatamente após o 11 de setembro, a partir do imaginário de salvação da mulher afega. A primeira dama Laura Bush em discurso evocava á

¹¹ No discurso de guerra ao terror está inscrita também a retomada da popularidade de escritas neo orientalistas dos anos 2000 (ZINE, 2008). É verdade que alguns trabalhos receberam notoriedade tanto em situações que provocavam o discurso hegemônico em relação ao Islã quanto em outras de cunho racista e islamofóbico. O conteúdo de alguns trabalhos ganhou o debate dentro da academia tanto por trabalhos que fugiram da normatividade em relação ao Isla - como *The Trouble with Islam-*, quanto a outros que recorreram a uma escrita racista e islamofóbica- como *The Rage and the Pride* (ZINE, 2008). Bahramitash (2010) analisa o caso de dois *bestsellers* norte-americanos que trabalham em linhas semelhantes aos discursos já trabalhados, evidenciando o alinhamento destes com setores neo conservadores e monarquistas da comunidade diaspórica iraniana nos Estados Unidos. A literatura vinculada a instrumentos alternativos de poder(mídias independentes, cooperativas) vai em direção a discursos mais disruptivos e disputam a narrativa hegemônica estabelecida por setores tradicionais. Essa literatura tem iniciativas que provocam a complexificação do debate sobre sociedades colonizadas em questões como fundamentalismo religioso, marginalização sistemática de imigrantes islâmicos e seus desdobramentos no corpo da mulher subalterna. O eixo da literatura que atento é uma constante provocação a normatividades abarcadas por instrumentos de poder masculinizados e colonizados. A escrita representativa de sujeitos subalternos parece deslocar olhares com pretensões universalizantes sobre o Islã, o Mundo Árabe e os sujeitos pertencem metaforicamente a estes espaços.

atenção a crueldade sofrida pelas "mulheres e crianças afegãs" (BUSH, 2001) afirmando que "as pessoas no mundo civilizado devem agir rapidamente" (BUSH, 2001) "porque no Afeganistão, vemos o mundo que os terroristas gostariam de impor ao resto de nós" (BUSH, 2001). A formação do imaginário salvacionista passava pela reconstituição do arquétipo do "mulher do Terceiro Mundo", oprimida pelos "homens marrons" e politicamente subjugada por estes tidos como brutais e misóginos terroristas, contribuiu para alguns interpretarem a libertação como feminista em meio a guerra. O discurso do establishment foi representado no discurso de Laura Bush e nas políticas da administração Bush, nos meandros simbólicos, na linguagem, nas referências imperiais. Conclui-se que esses atores "representam" de setores neo conservadores em garantir um novo ciclo de expansão econômico por vias de uma proposta de agenda neoliberal ao mesmo tempo que dão voz para discursos neo conservadores que se apropriaram do discurso feminista para invocar a libertação da mulher afegã por meio da guerra.

3.2. AS ASSOCIAÇÕES ENTRE O DISCURSO DA GUERRA AO TERROR E A RETÓRICA DE SALVAÇÃO IMPERIAL

No intuito ainda de mapear a mulher muçulmana no discurso da guerra ao terror é essencial, agora, ter em mente as associações entre o discurso da guerra ao terror e a retórica de salvação imperial que envolve a guerra ao terror desde o seu início, imediatamente após o 11 de setembro. Como já apontado diversos trabalhos feministas e feministas pós coloniais, principalmente, apontam para a importância desse discurso salvacionista para legitimação da intervenção do Afeganistão(ref). A localização da mulher muçulmana no discurso da guerra ao terror passa, então, pelas conexões entre o discurso da guerra ao terror e a retórica de salvação imperial a partir do arquétipo da "mulher do Terceiro Mundo"(oprimida e subjugada pelos "homens marrons" e politicamente subjugada por estes tidos como brutais e misóginos terroristas). A literatura feminista pós colonial evidencia essas conexões destacando o papel da apropriação do discurso feminista para legitimar uma "política camuflada" com desdobramentos geopolíticos no Mundo Árabe (HUNT, 2008; ZINE, 2008; ABU-LUGHOD, 2002).

Em linhas gerais, foram frequentemente utilizadas associações linguísticas na linha da mulher muçulmana "atrasada", "reprimida" pelo establishment norte-

americano, de maneira que dialogam com a ideia de superioridade civilizatória. Estas associações partem de uma lógica do imperialismo no campo da superioridade moderna em relação as culturas das populações originárias, as quais passaram por missões civilizatórias com a finalidade de estabelecer um projeto político de dominação político e econômico sobre os sujeitos e regiões colonizadas. As relações das nações imperiais com a cultura dos povos originários permitiu que o projeto imperialista se perpetuasse bem como as relações do establishment norte americano com a cultura islâmica no discurso de guerra ao terror legitimou a posterior intervenção no Afeganistão.

Neste sentido das associações entre o discurso da guerra ao terror e a retórica de salvação imperial, algumas imagens de mulheres afegãs com *hijab* permearam capas de jornais e revistas se assemelhando a recursos utilizados pela França no processo de resistência frente a ascendência do nacionalismo na Argélia. A imagem retratada pelo fotógrafo da *Reuters* reproduzida no *The Guardian* em 2009 se assemelha na sua estética e problemática ao que Malek Alloula (1986) reflete sobre os cartões postais que produzidos por empresas francesas entre 1900 e 1930 durante o colonialismo argelino. No caso dos postais eles forneceram aos franceses a prova do "atraso" das mulheres argelinas e serviram como justificativa para o projeto colonial francês ALLOULA(1986). A análise de Alloula (1986) se desdobra sobre os meandros antropológicos e psicológicos da relação entre o fotógrafo e a mulher na qual o véu se comporta como "barreira opaca" distanciando o corpo subalterno do olhar do fotógrafo.

A construção da mulher muçulmana como "reprimida" e "misteriosa" acontece em textos em obras orientalistas desde o século XVIII (YEGENOGLU, 1998). A análise dessas obras pela perspectiva feminista pós colonial revela essa construção por meio da "supervalorização" do véu. Por não deixar o corpo a mostra para os olhos daquele colonizador a mulher é vista como "misteriosa", como aquela que "esconde algo dos olhos". O véu atua, então, como uma "barreira opaca" ao olhar do público (ALLOULA, 1986). O colonizador não enxerga por trás do véu, não vivencia ambientes em que a mulher está sem ele(o meio privado). Ele fica intrigado com algo que claramente não se mostra sob seu domínio e relata consciente e/ou inconscientemente através de seus escritos. O "mistério" é dado pela impossibilidade do colonizador chegar perto desse ambiente privado onde a mulher se deixa despir, mostrando seu rosto e formas. Pela incapacidade dele ver e observar o "Outro". Pelo questionamento que isso gera:

afinal o que há de tão especial nesta mulher que me é impedido o acesso? Já o ponto da "mulher reprimida" é desenvolvido a partir do questionamento ocidental "por que a muçulmana deve se cobrir da cabeça aos pés?"(YEGENOGLU, 1998). As respostas giram ao entorno de que a religião seria a responsável pela contenção social, atuando sobre as liberdades daquele sujeito. Ao representar o véu obras orientalistas incorrem ao preconceito religioso para explicar outra realidade, que toma como ponto de partida a falta de protagonismo da mulher.

Em suma, o Islã e o véu são elementos que compuseram o imaginário da Guerra ao Terror, mas tem suas bases na história colonial. Obras orientalistas do século XVIII colocam a muçulmana como a "misteriosa" e "reprimida" por meio simplificações religiosas. Dessa maneira, uma visão estereotipada da mulher muçulmana foi construída pela intelectualidade ocidental ainda no período colonial francês e inglês. A construção da mulher muçulmana segue segundo um olhar eurocêntrico dos aspectos culturais e religiosos, que acabam os convertendo em estereótipos.

A figura da primeira dama Laura Bush também é destacada pelas similitudes com a retórica de salvação imperial. Diversas feministas não ocidentais examinam como as feministas das nações imperiais foram incorporadas no projeto colonial como a a pintora francesa Henriette Browne cuja figura é objeto de análise frequente ao longo da bibliografia feminista pós colonial e orientalista (AHMED, 1982; SAID,1996; YEGENOGLU, 1998). A figura de Henriette Browne nos haréns representa a conquista de um espaço pelo projeto orientalista. A pintora por ser mulher consegue penetrar interiores que até então eram apenas fantasiados por homens europeus. Browne em sua captura do harém parece evidenciar o que o olhar do colonizador observa e associa, dando formas e cores para a construção orientalista em direção a mulher oriental (AHMED,1982; YEGENOGLU, 1998). Browne utiliza da sua posição de mulher para entrar em um mundo onde homens europeus eram negados de acesso: o harém da corte Otomana. Com base em suas visitas ao harém, Browne criou duas pinturas que lhe trouxeram considerável sucesso e fama: '*Une joueuse de flute*' e '*Une visite*'. Ambas as pinturas são exemplos da forma como o mundo colonial pensava sobre as mulheres muçulmanas: como vítimas da cruel prática patriarcal da poligamia (AHMED, 1982). Brown retratou o harém como uma prisão para mulheres que não tinham controle sobre seus destinos "para reforçar o apelo da missão civilizadora" (AHMED, 1982). Como um claro exemplo da representação orientalista, as pinturas

apresentadas ao público através da arte naturalizaram binarismos entre o Ocidente civilizado e o Oriente incivilizado.

Além disso, dentro do discurso do establishment norte americano, as mulheres muçulmanas foram usadas como personagens de uma política camuflada, que se torna visível desde lentes feministas pós coloniais, a qual desloca a perspectiva hegemônica das elites tradicionais, trazendo o olhar para o sujeito feminino islâmico. Dessa forma, o discurso de Laura Bush parece se traçar uma visão estereotipada da mulher muçulmana em termos de considerar uma passividade e fragilidade deste sujeito a ponto de "precisar" ser salva por figuras que representam no imaginário da primeira dama algum tipo de força e civilidade (ABU-LUGHOD, 2002).

Sendo assim, é possível traçar algumas similaridades nos discursos de paralelo Laura Bush e Henriette Browne no que tange a representação que dão a mulher muçulmana. Ambas tendem a estereotipar a figura da mulher muçulmana as colocando na figura de vítimas cruéis de "homens marrons" ou de uma sociedade não civilizada. Essa mesma linguagem colonizada também envolvia ambas em um projeto político de extração de recursos e implementação de uma agenda econômica. Cada período histórico carrega consigo suas especificidades econômicas bem como seus traços linguísticos. Entretanto, a colocação de Abu-Lughod (2002) contempla os receios de feministas pós coloniais com as aproximações do discurso da primeira dama norte americana e o discurso imperialista, Abu-Lughod (2002) coloca:

"Assim como argumentei acima, é preciso desconfiar quando ícones culturais puros estão estampados sobre narrativas históricas e políticas bagunçadas, por isso precisamos ser cautelosos quando Lorde Cromer, no Egito governado pelos ingleses, as damas francesas na Argélia e Laura Bush, todas com tropas militares por trás deles, afirmam estar salvando ou libertando as mulheres muçulmanas¹²".(ABU-LUGHOD,2002 ,p.3)

Em suma, as associações entre o discurso da guerra ao terror e a retórica de salvação imperial se destacam a partir do arquétipo da "mulher do Terceiro Mundo"(oprimida e subjugada pelos "homens marrons" e politicamente subjugada por estes tidos como brutais e misóginos terroristas) evidente na fala de Laura Bush. A análise da figura da primeira dama Laura Bush, de Henriette Browne, da imagem

¹² Do original: "Just as I argued above that we need to be suspicious when neat cultural icons are plastered over messier historical and political narratives, so we need to be wary when Lord Cromer in British-ruled Egypt, French ladies in Algeria, and Laura Bush, all with military troops behind them, claim to be saving or liberating Muslim women".

retratada pelo fotógrafo da *Reuters* e dos cartões postais argelinos permitiram conectar aspectos na ordem discursiva entre período imperial e pós colonial. Essa análise permitiu localizar uma imagem estereotipada da mulher muçulmana no discurso da guerra ao terror.

3.3. A INSTRUMENTALIZAÇÃO DO DISCURSO FEMINISTA NA GUERRA AO TERROR

Para entender a apropriação do discurso feminista é preciso ter em mente a retórica de libertação das mulheres muçulmanas evidenciada na guerra ao terror como uma missão a qual os Estados Unidos se colocava como encarregado de levar os princípios de direitos das mulheres para o Afeganistão e Iraque. Como evidência é trabalhado a situação do *Feminist Majority Foundation*, que antes do 11 de setembro tinha se oposto a negociações de oleodutos entre o governo Bush e Talibã, cuja movimentação havia sido a princípio ignorada pela administração norte americana e após a guerra ao terror passa a ser reconhecida. Os fundamentos do discurso de o Laura Bush são destacados como um balanço entre o feminismo liberal e neo conservador à medida que incorpora o entendimento clássico de "*womanhood*". As feministas pós coloniais destacam o comportamento imperialista da primeira dama se posicionou através da perspectiva monolítica sobre o que significa ser mulher em realidades não ocidentais. O Departamento de Defesa dos Estados Unidos (DOD) atuou no sentido de promover um feminismo apropriado nas mídias no Iraque para "moldar favoravelmente a percepção pública" sobre a guerra(Departamento de Defesa dos EUA, 2003). Diversas bibliografias feministas argumentam que o governo Bush incorporou de maneira semelhante o feminismo na guerra do Afeganistão a fim de moldar favoravelmente a percepção pública de que se tratava de uma guerra de libertação e de obter forte apoio ao projeto de "civilizar" o Afeganistão. As intervenções no Iraque e no Afeganistão ocasionaram aumento de número de mortos na região, afetaram a dinâmica da alimentação básica familiar(com efeito principal nas mulheres) e direcionaram as mulheres em termos de trabalho precário na divisão internacional do trabalho. É importante destacar que esta discussão sobre a apropriação do feminismo nem tem intuito de intensificar as divisões do feminismo, pelo contrário, meu objetivo é instigar a conscientização sobre as consequências desta apropriação

e fornecer um ponto de partida para pensar sobre os feminismos na guerra ao terror e além.

A *Feminist Majority Foundation* se autodenomina com uma organização de vanguarda, com sede nos Estados Unidos, dedicada à igualdade das mulheres, saúde reprodutiva e não-violência cuja atuação figura dentro da política transnacional. Em 1997, a FMF lançou a campanha para acabar com o apartheid de gênero no Afeganistão, para pressionar o governo dos Estados Unidos e a Organização das Nações Unidas para restaurar os direitos humanos das mulheres e meninas afegãs. Antes do 11 de setembro a administração Clinton tinha se mostrado simpática as pautas da organização enquanto no período Bush a negociação estratégica de oleodutos entre o governo norte americano e o Talibã se mantiveram. A partir dos desenrolares do 11 de setembro as movimentações do FMF sobre o boicote ao Talibã repercutiram no posicionamento oficial do governo com repentino aceno á pauta de direito humanos e direitos das mulheres. Neste contexto, situa-se o discurso da primeira dama neoconservadora, Laura Bush, primeira mulher a falar pela rádio da Casa Branca, durante o feriado de Ação de Graças, em direção a família norte americana sobre as atrocidades do Talibã em direção as mulheres. A primeira dama expunha no discurso uma perspectiva sobre o que é ser mulher ou se entender como tal no campo da liberdade do *status* da mulher, todavia, sob aspectos incipientes. Para tanto, interpreto que a primeira dama expôs de forma em seu discurso princípios da lógica da paz liberal pela democracia, na qual os Estados Unidos exportam o modelo de democracia a regiões a fim de reconstruir Estados levando bases modernas para o desenvolvimento da mulher.

Sendo assim, a figura de mulheres em projetos de nações imperiais as quais buscavam representar o direito de mulheres subalternas é presente em nossa história colonial. Henriette Browne representou esse papel dentro do colonialismo francês retratando a figura das mulheres dos haréns de modo a reforçar a missão civilizadora da colonização na região do império turco otomano. O olhar imperial(*gaze*) da pintora não permitia a representação(*darstellung*) das nuances que aquele ambiente dos haréns representava(*vertreten*) nos campos simbólicos, sociais, metafísicos. Entretanto, as bases materiais de uma economia imperial permitiram com que o trabalho da pintora ganhasse repercussão internacional de modo que o sujeito subalterno passou a se sentir representado naquelas pinturas.

Ao tentar colocar sob um prisma feminista essa questão de gênero da guerra contra o terrorismo, Hunt(2008) pensa a estratégia do governo Bush em termos de cooptar o discurso feminista e alinhar-se a ativistas feministas como uma chave exemplo do que chamo de "feminismo apropriado". Esse feminismo tem seu nome dado pela política do Departamento de Defesa dos Estados Unidos (DOD) de mídia incorporada. O que trilhou a política do Departamento de Defesa ao incorporar mídia no Iraque diz respeito a cobertura da mídia a fim de moldar a percepção pública do ambiente de segurança nacional agora e nos próximos anos. Isso serviu para o público dos EUA, o público em países aliados cuja opinião pudesse afetar a estabilidade da Coalizão e públicos em países onde realizamos operações, cuja percepção de nós pode afetar o custo e a duração de nosso envolvimento:

"Precisamos contar a história factual - boa ou ruim - antes de outros semear a mídia com desinformação e distorções[...]Nosso pessoal na campo precisa contar nossa história - somente os comandantes podem garantir que a mídia chegue à história ao lado das tropas [...]Para isso, incorporaremos mídia às nossas unidades. Essas mídias incorporadas continuarão, trabalharão e viajarão como parte das unidades com as quais estão integradas para facilitar a cobertura máxima e detalhada das forças dos EUA em operações de combate e afins. Comandantes e oficiais de relações públicas devem trabalhar juntos para equilibrar a necessidade de acesso à mídia com a necessidade de segurança operacional." (Departamento de Defesa dos EUA, 2004)

Embora o DOD argumente que eles incorporaram a mídia para "contar a história factual", esse uso da mídia foi uma clara tentativa de "manipular o consentimento" para a guerra. Sua política procurava fornecer aos jornalistas a versão sancionada pelo estado da guerra e, em virtude de sua falta de independência, os jornalistas incorporados tornaram-se colaboradores na campanha para conquistar corações e mentes em casa. Assim como o DOD incorporou a mídia no Iraque para "moldar favoravelmente a percepção pública" sobre a guerra (Departamento de Defesa dos EUA, 2003). Algumas feministas, portanto, argumentam que o governo Bush incorporou de maneira semelhante o feminismo na guerra do Afeganistão a fim de moldar favoravelmente a percepção pública de que se tratava de uma guerra de libertação e de obter forte apoio ao projeto de "civilizar" o Afeganistão. Como tal, eu defino o feminismo apropriado como a incorporação e posterior deturpação do discurso feminista e de ativistas feministas em projetos políticos que reivindicam servir os interesses das mulheres, mas em última instância subordinam e / ou subvertem esse objetivo.

Por fim, como elemento em discussão sobre os desenrolares da guerra ao terror no Iraque e no Afeganistão estão: as relações com os números de mortos associados ao conflito, as reverberações psicológicas, a perturbação da dinâmica alimentar nas famílias iraquianas e direcionaram as mulheres em termos de trabalho precário na divisão internacional do trabalho. O número de mortos nos conflitos se estimam que aumentaram, dentro disso de salientam os estudos sobre afegãs que sentem maior insegurança atualmente onde vivem mesmo sem o domínio do Talibã. Os estudos psicológicos das populações iraquianas e afegãs analisam aumentos nos níveis de depressão, estresse pós traumático(PTSD), funcionamento prejudicado como a capacidade de manter relacionamentos com amigos ou realizar trabalho e medidas culturais específica de sofrimento psicológico geral (KHAN,2010). A logística dos alimentos para chegar na mesa das famílias iraquianas foi prejudicada pelo corte no abastecimento além das sanções estipuladas pela ONU(inclusive sobre leite em pó), a dinâmica patriarcal refletida em quem teria prioridade de acesso a comida ocasionou o aumento da desnutrição entre mulheres (AL-ALI,2012). Quanto aos avanços da agenda neoliberal reverberar sobre a inserção da mulher afegã em trabalhos como o de costura para pequenas iniciativas.

4. MULHERES MUÇULMANAS PRECISAM DE SALVACAO? ALGUMAS CONSIDERACOES SOBRE O TEMA

No intuito de melhor compreender sobre a missão de libertação da mulher muçulmana será traçado contribuições feministas pós coloniais em direção a retórica imperial no discurso de salvação da mulher muçulmana. Após o 11 de setembro parcela das feministas pós coloniais apontam para uma tendência da narrativa hegemônica, a qual se assemelha aos discursos evocados em outros períodos históricos. Nesse sentido, Abu-Lughod (2002), Zine (2003), Hunt (2003), trabalham com uma abordagem crítica da retórica de salvação da mulher muçulmana, trazendo pontos que inclusive divergem da perspectiva feminista tradicional norte-americana (e anglo-saxã) e criticando a narrativa que coloca a mulher muçulmana em posição de inferioridade frente à mulher norte-americana evidenciando suas bases coloniais. Neste capítulo, será exposto o debate construído durante a Guerra ao Terror a partir do recorte feminista pós colonial, dialogando entre autoras que desenvolvem conexões relevantes para os feminismos nas Relações Internacionais. Para tanto, centrou-se em uma revisão bibliográfica que abordasse as divergências sobre a retórica de salvação da mulher muçulmana frente a políticas intervencionistas pelos Estados Unidos em contraposição a partir de lentes e conceituais da "dupla opressão" (CARBY,1982; HOLST-PETERSEN & RUTHERFORD, 1985; MOHANTHY, 1984; SULERI, 1992; SPIVAK, 1988), do "gaze ocidental"(MOHANTHY, 1984) e na analogia dos "cavaleiros brancos salvando mulheres marrons de homens marrons" (SPIVAK, 1988).

4.1 "DUPLA OPRESSÃO" ou "DUPLA COLONIZAÇÃO"

"Do Muslim Women Really Need Saving?" (ABU-LUGHOD, 2002) pode ser considerado um ponto de inflexão do debate feminista a partir dos anos 2000. Este importante artigo influenciou estudos feministas de áreas como Antropologia e Sociologia, e, atualmente, vem sendo considerado com referência para trabalhos na área de Relações Internacionais. O artigo se conecta com a discussão levantada sobre imperialismo e gênero vista em "Can a Subaltern Speak?", de Spivak(1988), ainda nos anos 1980. O ponto de intersecção entre o pensamento de Spivak(1988) e Abu-Lughod (2002) se desenvolve por meio de bases do pensamento pós colonial, a

partir da ideia de "dupla opressão" (SPIVAK, 1988) sofrida pela mulher subalterna, que, no caso, é trazido para a realidade da mulher afegã. O questionamento, que é título da obra de Abu-Lughod (2002), oferece um tensionamento sobre a narrativa hegemônica da Guerra ao Terror, uma vez que explora a abordagem ética levantada pela "guerra" e questiona se a antropologia pode, ou não, trazer uma análise crítica às justificativas de intervenção dos EUA no Afeganistão. Chama a atenção para as repercussões do discurso de "salvação" das mulheres afegãs sobre questões de equidade, liberdade e direitos, e relacionando esta retórica com o período colonial. Dessa forma, a autora estabelece no texto pontes que levam a embates teóricos entre visões tradicionais do feminismo. Abu-Lughod dialoga com a "dupla opressão", percebida por Spivak(1988) no intuito de fazer um paralelo com a opressão de gênero e colonial da mulher afegã. Cabe reiterar que Spivak(1988) ainda é pouco utilizada na produção acadêmica brasileira de relações internacionais, mas que é um dos principais nomes entre os estudos subalternos e tem grande influência dentro dos feminismos. É por meio deste viés teórico que será exposta a discussão feminista sobre a retórica de libertação da muçulmana, utilizada pela administração Bush, durante a Guerra ao Terror.

Ainda sobre a retórica de libertação da mulher muçulmana a bibliografia de Relações Internacionais oferece uma interessante produção em Zine(2003) e Hunt (2003). Os textos das autoras possuem um marco teórico similar ao de Abu-Lughod, trabalham com uma perspectiva feminista pós colonialista, dialogam com a "dupla opressão" Zine(2003) coloca como "dual oppressions of 'gendered Islamophobia'", enquanto Hunt trabalha com "the dual oppressions of neo-Orientalism and Islamophobia on the one hand and fundamentalism and religious extremism on the other"(p.). Essas aproximações e divergências entre as distintas compreensões sobre estruturas materiais ou até metafísicas da(s) opressão(ões), variam dentro das próprias feministas pós coloniais. O que este trabalho consegue traçar é um esboço entre uma das possíveis similaridades entre estas bibliografias. Dessa forma, é trabalhado com Zine (2003), Hunt (2003) e Abu-Lughod (2003) uma vez que (i) tem objetivos de pesquisa similares: o discurso de salvação da mulher islâmica invocado na Guerra ao Terror; (ii) possuem um olhar atento sobre temas do colonialismo e de gênero, e (iii) compartilham críticas a Escola Feminista anglo-saxã. Assim, entende-se que ficam de fora algumas questões importantes para que se possa explorar uma linha de argumentação consistente destes três pontos.

Abu-Lughod (2003) problematiza o discurso de salvação da mulher muçulmana por meio de uma visão crítica ao "relativismo cultural" (ABU-LUGHOD, 2003, p.1), recorrente dentro da antropologia e do próprio establishment norte americano. A questão colocada é que o debate pós 11 de setembro no establishment começou se pautar sobre a "cultura" da região [islâmica], e particularmente suas crenças religiosas e tratamento das mulheres" (ABU-LUGHOD, 2003, p.2), assim, parecia "mais urgente do que explorar a história do desenvolvimento de regimes repressivos na região e o papel dos EUA nessa história" (ABU-LUGHOD, 2003, p.2). É neste contexto ocidental-de renascer da "cultura islâmica" e de concomitante distanciamento da pauta pós-colonial- que ressurgiu a figura do véu como centro do debate feminista. É importante frisar que o relativismo cultural se encontra nas bases de parcela do feminismo, como o feminismo transnacional. A observação de Abu-Lughod recai sobre o aumento abrupto com que o feminismo transnacional ganhou relevância, em que setores conservadores da sociedade norte americana passaram a apoiar agendas até então ignoradas¹³. Na visão da autora, esse relativismo que coloca que as culturas devem ser respeitadas, de modo que não sofram intervenção ou julgamento, não condiz com a realidade histórica e política de intervenção no Afeganistão. É "muito tarde para não interferir" (ABU-LUGHOD, 2003) em práticas racistas, imperialistas e etnocêntricas que desembocam nas relações com o sujeito islâmico. O relativismo cultural não apresenta uma revisão desses pontos caros a formação dos sujeitos coloniais, reforçando uma interpretação reducionista do véu e da muçulmana.

O conceito de "dupla opressão" refere-se à observação de que as mulheres estão sujeitas à dominação colonial do império e à dominação masculina do patriarcado. A esse respeito, o império e o patriarcado atuam como análogos um ao outro e ambos exercem controle sobre os sujeitos coloniais femininos, que são, assim, duplamente colonizados pelo poder imperial / patriarcal. A teoria feminista propôs que as mulheres foram marginalizadas pela sociedade patriarcal e, conseqüentemente, suas preocupações da teoria feminista acompanharam os desenvolvimentos da teoria pós-colonial que enfatiza a marginalização do sujeito colonial. No entanto, os nacionalismos pós-coloniais não necessariamente aliviam essa situação, mas podem entrincheirar em vez de dismantelar o poder do patriarcado, de modo que a luta das mulheres contra a dominação "colonial" geralmente continua após a independência

¹³ movimentação das mulheres em Hunt(2008).

nacional. O feminismo pós-colonial continua a analisar a perpetuação do preconceito de gênero e da "dupla colonização", mesmo nos estados pós-independência, vendo a persistência da dominação "neocolonial" das mulheres nos patriarcados nacionais. Existem discordâncias, entretanto, entre as feministas pós-coloniais sobre se o imperialismo ou o patriarcado é a força que precisa urgentemente contestar (CARBY, 1982; SULERI, 1992; MOHANTHY, 1984; SPIVAK, 1988).

4.2. "WESTERN GAZE"

No intuito de compreender o conceito de "western gaze" (MOHANTHY, 1984) é importante se ter em mente orientalismos que homens e mulheres estão sujeitos a reproduzir ao longo de suas narrativas, sejam elas romances, histórias da guerra ou discursos políticos. Nesse sentido, os pontos cegos do pensamento feminista ocidental que não conseguem enxergar a questão colonial como forma de dominação que atua tanto quanto o patriarcado. Assim, não considerar a opressão colonial também reforça visões sociais racializadas as quais indivíduos, homens ou mulheres, ocidentais não estão eximidos. A partir dessa explanação, é possível entender o "western gaze" do *Feminist Majority Foundation* (FMF), isto é, compreender a partir de um prisma feminista pós colonial limitações da organização sobre a compreensão da realidade de mulheres árabe-muçulmanas.

Na perspectiva desenvolvida pelo *mainstream* do feminismo liberal, mulheres possuem opressões compartilhadas em termos do patriarcado a ponto dessa estrutura de poder controlar corpos ou até mesmo de dificultar acesso a espaços públicos. No debate feminista liberal dos anos 1980, feministas liberais, interseccionais, pós coloniais passaram a debater o que significava existência de mulheres "do Terceiro Mundo" (ASHCROFT, 1995; TICKNER, 2001). No intuito de explorar essa diferença entre as diferentes existências de gênero, convencionou-se chama-lo de feminismo da Diferença, ou Feminismo do Terceiro Mundo (SULERI, 1992).

A ideia do feminismo da Diferença, ou Feminismo do Terceiro Mundo traz controvérsias na teoria feminista pós colonial, uma vez que acaba por produzir uma narrativa de que as mulheres são um grupo monolítico, não deixando a mostra todas as nervuras que habitam o universo de ser mulher (MOHANTHY, 1984). Possuem classes diferentes, etnias, corpos. O patriarcado e o capitalismo se manifestam sobre

essas nervuras em que feministas e não feministas acabam reproduzindo em textos de feministas anglo-saxãs acerca das mulheres do Terceiro Mundo.

Hunt (2003) explora, em sua análise o posicionamento de organizações feministas transnacionais frente a guerra do Afeganistão. Para parcela mais cética das feministas(onde ela se coloca), a questão do gênero na Guerra ao Terror soava uma maneira oportunista de moralizar e justificar a guerra. No entanto, a *Feminist Majority Foundation* (FMF) deu seu apoio ao governo Bush com base na ideia de que a guerra libertaria as mulheres afegãs. Internacionalmente, ativistas dos direitos das mulheres se pronunciaram acusando a FMF de adotar uma posição feminista etnocêntrica e orientalista em relação às mulheres afegãs, ou seja, um crítica que sobre o olhar centralizado na cultura ocidental e branca. As críticas se reuniram ao entorno do apoio a guerra ao invés do suporte a luta das mulheres afegãs por igualdade e justiça. Expressando visões semelhantes a Hunt (2003), Lila Abu-Lughod (2002) comenta:

“Não acho que seria tão fácil mobilizar tantas dessas mulheres americanas e européias se não fosse um caso de homens muçulmanos oprimindo mulheres muçulmanas - "cover women" para quem elas se sentem pena e em relação a quem elas podem se sentir presunçosamente superiores” (ABU-LUGHOD, 2002, p. 787).

A discussão instaurada em cima da postura da FMF gerou tensionamentos que dividiram mulheres pelo mundo. É notório que a disposição por parte da FMF de se inserir no governo Bush confirma que o discurso de libertar outras mulheres continua sendo altamente sedutora para algumas feministas ocidentais, aumentando as preocupações sobre quais projetos políticos as feministas estão apoiando. Entretanto, cabe destacar que esse apoio também serviu para dividir as mulheres e minar o feminismo como instrumento prático de defesa dos direitos da mulher. Assim, práticas feministas (teóricas ou não) ainda tendem a repetir um comportamento colonialista que repetem os fundamentos da "dupla opressão".

5 CONCLUSÃO

Neste trabalho foi analisada a guerra ao terror a partir de uma perspectiva feminista pós colonial. O orientalismo permitia com que nações imperiais dominassem político, econômico e culturalmente populações não ocidentais em territórios orientais. O elemento discursivo também esteve presente em histórias, poemas, filosofias e teorias demonstrando que a cultura europeia como ponto de partida em direção ao “Oriente”, ao “Outro”. A retórica de salvação da mulher muçulmana esteve embebida em diversas obras orientalistas de intelectuais de nações imperialistas, por meio de concepções que encorajavam uma visão de mundo masculina, na qual as mulheres costumavam ocupar um espaço na fantasia masculina por poder. Essa política culminou por estabelecer representações estereotipadas da mulher muçulmana, colocando essa sistematicamente como a "misteriosa", "reprimida" ou até mesmo sem voz nas esferas sociais.

A representação estereotipada da mulher muçulmana permeou o imaginário ocidental durante todo o século XVIII, XIX e XX, atravessando os diferentes modelos de imperialismo ocidental(europeu e norte-americano) e serviu para legitimar políticas coloniais em regiões do Mundo Árabe-Muçulmano. Dessa forma, a política colonial, assim como a “política camuflada”, trabalhou com elementos do imaginário sobre a mulher muçulmana para camuflar interesses geoestratégicos dos Estados Unidos na região. Nesse sentido, mulheres ocidentais no século XVIII já faziam parte do discurso hegemônico do establishment, como Henriette Browne, e ainda continuam remontando narrativas estereotipadas da muçulmana(como Laura Bush) e permitindo que seus discursos sejam utilizados para finalidades geopolíticas.

Como já destacado no capítulo 2, o qual abordou a localização da mulher muçulmana no discurso da guerra ao terror, existiu uma narrativa do establishment norte americano que envolveu essa desde o seu início, imediatamente após o 11 de setembro de 2001, sobre a formação do imaginário salvacionista ao entorno da "mulher do Terceiro Mundo". O desenvolvimento da instrumentalização do discurso feminista pelo establishment norte americano ocorreu em meio a "política camuflada" do Departamento de Defesa dos EUA de "libertar" mulheres iraquianas manipulando a narrativa nas mídias nacionais e internacionais como, por exemplo, ao moldar a percepção pública do ambiente de segurança nacional que cobriam a intervenção

norte americana no Iraque, iniciada em 2003. No Afeganistão, essa apropriação do discurso feminista pelo establishment norte americano ocorreu em meio a "política camuflada" na narrativa da administração Bush colocada na missão de "salvar a mulher afegã dos homens bárbaros", como também observado no Iraque alguns anos depois através da publicização de documentos estratégicos do Departamento de Defesa dos Estados Unidos.

A partir do prisma do feminismo pós colonial, foi possível perceber as associações entre o discurso do establishment norte americano com a retórica de salvação imperial existentes desde o século XVIII. Tal retórica, era presente em diversas obras orientalistas por intelectuais de nações imperialistas, como no caso da pintora francesa Henriette Browne nas pinturas dos haréns otomanos, e nos postais argelinos reproduzidos pelas empresas francesas vinculadas á administração colonial. Essa política cultural culminou por estabelecer representações estereotipadas da mulher muçulmana, colocando essa sistematicamente como a "misteriosa", "reprimida" e sem voz nas esferas sociais. Essa percepção permeou o imaginário norte-americano durante todo o século XVIII, XIX e XX, atravessando os diferentes modelos de imperialismo ocidental(francês ,britânico, alemão e norte-americano), até o período iniciado pela guerra ao terror, que teve como marco inicial a queda das torres gêmeas em 2001.

Tal evento desencadeou a política intervencionista dos Estados Unidos (juntamente com a Colisão de países ocidentais) em determinados países do Mundo Árabe. Foi trazido neste trabalho, por exemplo, a invasão norte-americano ao Afeganistão em 2001, sendo este primeiro país da região a sofrer interferências externas no contexto da guerra ao terror. A invasão teve como justificativa primaria a "libertação da mulher afegã dos conterrâneos bárbaros muçulmanos", o que culminou com o envio de tropas da Coalizão ocidental a este país árabe e com a escalada do sentimento de insegurança, em especial, para as mulheres afegãs, bem como um aumento da proporção de doenças psicológicas e danos cognitivos especialmente nessas mulheres.

No que tange ao caso iraquiano, esse foi invadido em 2003 por forcas ocidentais no intuito de derrubar o regime de Saddam Houssein, tido por essas como um regime bárbaro e opressor. Essa intervenção teve consequências importantes para a dinâmica familiar, no momento em que afetou a logística de alimentos para as famílias iraquianas, evidenciando a estrutura patriarcal no momento em que a figura

feminina foi relegada a segundo plano. Isso revelou-se no momento em que com a escassez de alimentos, os homens tinham prioridade na obtenção desses, uma vez que estes eram os responsáveis pela defesa da família e simbolizam a proteção de uma ordem social masculinizada. Esse quadro revoltou-se fatal para as mulheres iraquianas no momento em que elas eram preteridas na dinâmica alimentar do período, o que ocasionou mortes agravadas pelo fato do país já sofrer sanções econômicas pelas Nações Unidas. Portanto, não só as mulheres foram amplamente prejudicadas (sofrendo especialmente subnutrição), como também bebês iraquianos, uma vez que esses foram prejudicados pelo embargo de leite pó associados a subnutrição de suas mães.

Neste contexto, foi abordado no segundo e no terceiro capítulo deste trabalho algumas críticas a perspectivas feministas ocidentais, como as do grupo transnacional *Feminist Majority Foundation* (FMF), marcadas pela lógica da paz liberal associada com a expansão de pensamentos democráticos ocidentais. Tais críticas baseiam-se no ponto de vista feminista pós colonial, no momento em que esse ponto de vista defende um olhar humanitário, pela ótica da emancipação do sujeito subalterno, o que vai de encontro aos pensamentos basilares do liberalismo defendidos por aquela instituição. Ainda no que se refere a FMF, podemos destacar o seu papel fundamental no impedimento das negociações do governo Clinton com o Talibã, negociações essas a cerca de oleodutos na região afegã, alegando o tratamento misógino e anti humanitário do Talibã, prejudiciais às mulheres daquele país. Porém, no governo George W. Bush, embora a FMF tenha seguido com sua pauta de críticas ao Talibã, o governo americano deu prosseguimento as negociações interrompidas anteriormente, pelo governo Clinton.

Foi somente após os atentados de 11 de setembro de 2001, e iniciada a retórica de guerra ao terror, que o governo George W. Bush mudou o seu discurso para com o Talibã, aderindo as pautas de direito das mulheres, amplamente defendidas pela FMF e por alguns setores do establishment norte americano. Pode se destacar por exemplo, e como já trazido nesse trabalho, a atuação de Laura Bush na propagação de um discurso feminista, na medida em que essa defendia publicamente a proteção da mulher afegã e uma agenda neoliberal econômica para a região. A figura e o discurso de Laura Bush remetem à frequente crítica feminista pós colonial, a partir do momento em que se aproxima das visões estereotipadas de mulheres ocidentais sobre não ocidentais, visões essas amplamente discutidas no presente trabalho.

Em suma, a construção do arquétipo da mulher muçulmana segue sob influência um olhar eurocêntrico dos aspectos culturais e religiosos dessa. Como trazido, a questão da representação da mulher muçulmana de maneira subalterna ao olhar do establishment ocidental permanece sendo um elemento de garantias da manutenção de projetos políticos e econômicos no Mundo Árabe-Muçulmano. Percebe-se que os estudos gênero, os estudos subalternos e os estudos culturais são ferramentas-chaves para melhor compreender a dinâmica moderno-imperial, no capitalismo globalizado. O Mundo Árabe-Muçulmano encontra-se inserido nesse contexto, em posição diversa e possuindo um nível complexo de associações mutuas e externas. O olhar distorcido ocidental ("western gaze") mostrou-se influente na construção da imagem do Oriente a sombra das suas projeções. Portanto, cabe aos pesquisadores desafiar seus próprios olhares e percepções sobre "a realidade" no intuito de contestarem "verdades epistêmicas" eurocêntricas e masculinizadas. A perspectiva pós-colonial se apresenta como uma alternativa para a oxigenação dos debates sobre aspectos políticos, econômicos e culturais, envolvendo ferramentas interdisciplinares como a linguística e a psicologia.

6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABU-LUGHOD, Lila. **Do Muslim Women Really Need Saving?** Anthropological Reflections on Cultural Relativism and Its Others. *American Anthropologist*, 2002.

ASHCROFT, Bill et al. **The Post Colonial Studies Reader**. Londres: Routledge, 1995.

AL-ALI, Nadjé. **A Feminist Perspective on the Iraq War**. Works and Days, Pennsylvania, v. 29, n. 57, p. 99-113, jun. 2011. Disponível em: Disponível em: http://www.worksanddays.net/2011/File07.Al-Ali,_N.,_7.pdf. Acesso em: 10 de outubro de 2018.

ALLOULA, Malek. **The Colonial Harem**. Minneapolis; London: University of Minnesota Press, 1986.

BUTLER, Judith. **Problemas de Gênero**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

BUSH, 2001. Discurso proferido em 22 de novembro de 2001. Disponível em: <https://web.archive.org/web/20110514222608/http://georgewbush-whitehouse.archives.gov/news/releases/2001/11/20011117.html>. Acessados em 20 de julho de 2018.

BUNTING, Madeleine. **Can the Spread of women's rights ever be accompanied by war?**. The Guardian. 2011. Disponível em: <https://www.theguardian.com/commentisfree/2011/oct/02/women-rights-afghanistan-war-west>; Acesso em 03 agosto de 2018

BBC News. (2001), 'Infinite Justice, out – Enduring Freedom, in', September 25, <http://news.bbc.co.uk/1/hi/world/americas/1563722.stm>

CARNEIRO, Aparecida Sueli; FISCHMANN, Roseli. **A construção do outro como não-ser como fundamento do ser**. 2005. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

CARBY, H. **White woman listen! Black feminism and the boundaries of sisterhood in The Empire Strikes Back: Race and Racism in 70s Britain**, Centre for Contemporary Cultural Studies, University of Birmingham, London: Hutchinson, 1982.

CRENSHAW, Kimberle. **Demarginalizing the Intersection of Race and Sex: A Black Feminist Critique of Antidiscrimination Doctrine, Feminist Theory and Antiracist Politics**. *The University of Chicago Legal Forum*. 140: 139–167, 1989.

DYVIK, Synne Laastad. **Women as 'Practitioners' and 'Targets': Gender and Counterinsurgency in Afghanistan**. *International Feminist Journal Of Politics*, v. 16, n. 3, p. 410-429, 2014.

ENLOE, Cynthia. In *International relations theory for the twenty-first century : an introduction*. Taylor & Francis e-Library, 2007.

ENLOE, C. **Bananas, Beaches, and Bases**. Londres: Pandora Press, 1989.

_____. **Maneuvers: the International Politics of Militarizing Women's Lives**. London: University of California Press, 2000.

_____. **The Curious Feminist: Searching for Women in a New Age of Empire**. London: University of California Press, 2004.

_____. Margins, silences and bottom rungs: how to overcome the underestimation of power in the study of international relations. In: SMITH, Steve; BOOTH, Ken; ZALEWSKI, Marysia. **International Theory. Positivism and Beyond**. Cambridge: Cambridge University Press, 1996. p. 186-202.

GANDHI, Leela. After colonialism. In: GANDHI, Leela. **Postcolonial Theory: A Critical Introduction**. EUA: Columbia University Press, 1998, p. 1-22.

GEETA, Chowdhry; NAIR, Sheila. **Power, postcolonialism and international relations: Reading race, gender and class**. Routledge, 2013.

FALUDI, Susan. **The Terror Dream: Myth and Misogyny in an Insecure America** Paperback. 2008

FMF. Disponível em: <http://www.feminist.org/afghan/index.asp>. Acesso em: 20 outubro de 2018.

HOLST-PETERSEN, K; RUTHERFORD, A. **A Double Colonization: Colonial and Post-Colonial Womens' Writing**. Aarhus, Denmark, 1985.

HUNT, Krista. **In Engendering the War on Terror War Stories And Camouflaged Politics Gender in a Global Local World**, 2008.

JERVIS, R. 'Theories of war in an era of leading-power peace: presidential address, American Political Science Association,' *American Political Science Review* 96: 1-14(2002).

KHAN, Shahnaz. **Afghan women: the limits of colonial rescue**. In: RILEY, Robin L.; MILLER, Kenneth E.; RASMUSSEN, Andrew. War exposure, daily stressors, and mental health in conflict and post-conflict settings: bridging the divide between trauma-focused and psychosocial frameworks. **Social science & medicine**, v. 70, n. 1, p. 7-16, 2010.

LACAN, Jacques. O Seminário, Livro 11: **Os quatro conceitos fundamentais da psicanálise**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1985.

MOHANTY, Chandra Talpade. **Under Western Eyes: Feminist Scholarship and Colonial Discourses**. *Boundary 2*, Durham, v. 12, n. 3, p.333-358, Spring-Summer. 1984.

MOHANTY, Chandra Talpade; PRATT, Minnie Bruce (Eds.). **Feminism and War: confronting US imperialism**. London: Zed Books, 2008. p. 161-178.

SAID, Edward W. **Orientalismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

SAID. E. W. **Cultura e imperialismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

SANTOS, Djamila Taís Ribeiro dos. **Simone de Beauvoir e Judith Butler: aproximações e distanciamentos e os critérios da ação política**. 2015. 102 f. Dissertação (Mestrado em Filosofia) – Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Paulo, Guarulhos (SP).

SMITH, Steve. Positivism and beyond. In: SMITH, Steve; BOOTH, Ken; ZALEWSKI, Marysia. **International Theory. Positivism and Beyond**. Cambridge: Cambridge University Press, 1996. p. 11-44.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty et al. **Can the subaltern speak?**. Can the subaltern speak? Reflections on the history of an idea, p. 21-78, 1988.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Terror: A Speech After 9-11**. boundary 2, v. 31, n. 2, p. 81-111, 2004.

SYLVESTER, Christine. The contributions of feminist theory to international relations. In: SMITH, Steve; BOOTH, Ken; ZALEWSKI, Marysia. **International Theory. Positivism and Beyond**. Cambridge: Cambridge University Press, 1996. p. 254-278.

TICKNER, J. **Gendering World Politics**. Columbia University Press, 2001.

United States Department of Defense. (2004), '**DOD Establishes Additional Sexual Assault Hotline**', <http://www.defenselink.mil/releases/2004/nr20040304-0409.html>. 2004.

YEGENOGLU, Meyda. **Colonial fantasies: Towards a feminist reading of Orientalism**. Cambridge University Press, 1998.

ZINE, Jasmin. Between Orientalism and Fundamentalism: Muslim Women and Feminist Engagement. In: HUNT, Krista; RYGIEL, Kim. **(En)Gendering the War on Terror: War Stories and Camouflaged Politics**. Abingdon: Routledge, 2008.

_____. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/a-camara/estruturaadm/secretarias/secretaria-da-mulher/coordenadoria-dos-direitos-da-mulher/arquivos-e-documentos/biografia-mietta-santiago> Acesso em: 20 outubro de 2018.

_____. **WOMEN'S FURY TOWARD TALIBAN STALLS PIPELINE**. Disponível em: https://www.washingtonpost.com/archive/politics/1998/01/11/womens-fury-toward-taliban-stalls-pipeline/8a3d9be1-33ee-4922-84bd-3840baa95f13/?utm_term=.dafdf9727bee Acesso em: 20 outubro de 2018.